

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – PTdoB – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC – PSC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente

Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Arnaldo Silva	PR -BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputado João Leite	PSDB - BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PV - BCMG
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT-BVC

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB-BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR- BMM	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV - BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT - BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB- BCMG	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Paulo Guedes	PT - BMM
Deputado Fred Costa	PEN-BCMG
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputada Elismar Prado	PDT - BVC

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD - BCMG
Deputado Carlos Henrique	PRB - BMM
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Hely Tarquínio	PV - BCMG
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM
Deputado Isauro Calais	PMDB - BMMP
Deputado Roberto Andrade	PSB - BCMG
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ulysses Gomes	PT - BMM
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB - BMM
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM-BVC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC

COMISSÃO DE CULTURA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM-BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB - BMM	

Deputado Tito Torres	PSDB - BVC
Deputada GeisaTeixeira	PT- BMM
Deputada Arlete Magalhães	PV - BCMG
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB-BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB- BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB- BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT- BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB- BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB- BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC- BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT- BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT-BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB- BVC	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB - BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR - BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMMP	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Ione Pinheiro	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB - BMM	

Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PV - BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Ulysses Gomes	PT - BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Carlos Henrique	PRB - BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Douglas Melo	PMDB - BMM
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ulysses Gomes	PT - BMM
Deputado Felipe Attiê	PTB - BVC
Deputado Carlos Henrique	PRB - BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PVC - BMG

Deputado André Quintão	PT - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputada Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV - BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado Felipe Attie	PTB - BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Gil Pereira	PP - BVC
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Bosco	PV - BCMG
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Santana	PR - BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV - BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD - BCMG	
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado André Quintão	PT - BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Léo Portela	PRB - BMM	
Deputada Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR - BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB - BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB - BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Ulysses Gomes	PT - BMM
Deputado Roberto Andrade	PSB - BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV - BCMG
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

COMISSÃO DE SAÚDE

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD - BCMG
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Glaycon Franco	PV - BCMG
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR - BMM
Deputado Léo Portela	PRB - BMM
Deputado Braulio Braz	PTB - BVC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC
Deputado Paulo Guedes	PT - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR - BMM

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
------------------------	-----------

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputado Nozinho	PDT - BVC
Deputado André Quintão	PT - BMM
Deputado Coronel Piccinini	PSB - BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Paulo Guedes	PT - BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputada Marília Campos	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PSB - BCMG

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

MEMBROS EFETIVOS:	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM
Deputado Gustavo Santana	PR - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG
Deputado Coronel Piccinini	PSD - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Gil Pereira	PP - BVC

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Reunião de Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissão
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**

 **ATA****ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA INDICAÇÃO DO NOME DE GUSTAVO CUNHA GIBSON PARA O CARGO DE DIRETOR DA ARSAE, EM 12/11/2015**

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dirceu Ribeiro, Durval Ângelo e Gilberto Abramo (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fábio Cherem. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dirceu Ribeiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Gustavo Cunha Gibson, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência passa a palavra ao relator da matéria, deputado Durval Ângelo, para suas considerações iniciais. Logo após, concede a palavra ao indicado, para suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao relator da matéria, para se proceder à arguição pública do indicado. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 21/2015 (relator: deputado João Alberto). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2015.

Dirceu Ribeiro, presidente.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/3/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 969 e 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares, e 1.498/2015, do deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.924/2016, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 6.370/2017, do deputado Duarte Bechir; 6.437/2017, do deputado Douglas Melo; e 6.492 e 6.493/2017, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Bonifácio Mourão, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Henrique, Cássio Soares, Felipe Attiê, Tiago Ulisses, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Ivair Nogueira, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Elismar Prado, Fred Costa, Iran Barbosa e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Geisa Teixeira, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Coronel Piccinini, André Quintão, Celinho do Sinttrocel e Nozinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Coronel Piccinini, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 6.167, 6.215 e 6.216/2016, da Comissão de Direitos Humanos, 6.183/2016, do deputado Duarte Bechir, 6.399/2017, da Comissão de Participação Popular, e 6.459/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Celise Laviola, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Gustavo Corrêa, Tadeu Martins Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Gilberto Abramo, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Fábio Cherem, Gustavo Santana e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais, Leonídio Bouças, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de março de 2017.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2017, às 16h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2017.

Antônio Jorge, presidente *ad hoc*.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****ACORDO DE LÍDERES**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Considerando a nova composição das comissões e o princípio de colegialidade que deve reger o seu funcionamento;

Considerando o número elevado de requerimentos para a realização de audiências públicas, debates públicos, visitas e audiências de convidados aprovados no primeiro biênio desta legislatura e pendentes de realização;

Considerando a distinção entre a validade do ato jurídico, ou seja, sua existência no mundo jurídico, e sua eficácia, a saber, a produção de seus efeitos na realidade;

Os líderes abaixo assinados acordam, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, que a realização, no biênio 2017/2018, de audiências públicas, debates públicos, audiências de convidados, visitas e convocações de autoridades objeto de requerimentos de comissão aprovados no biênio 2015/2016 deverá ser ratificada pela maioria dos atuais membros efetivos da comissão que deliberou sobre a matéria.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2017.

André Quintão, Líder do BMM

Gustavo Corrêa, Líder do BVC

Agostinho Patrus Filho, Líder do BCMG

Tadeu Martins Leite, Líder da Maioria

Gustavo Valadares, Líder da Minoria

DECISÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA

A Mesa da Assembleia acolhe e determina o cumprimento do acordo de líderes em que membros do Colégio de Líderes deliberam que a realização, no biênio 2017/2018, de audiências públicas, debates públicos, audiências de convidados, visitas e convocações de autoridades objeto de requerimentos de comissão aprovados no biênio 2015/2016 deverá ser ratificada pela maioria dos atuais membros efetivos da comissão.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de março de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, Presidente

Deputado Lafayette de Andrada, 1º-Vice Presidente

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Vice Presidente

Deputado Inácio Franco, 3º-Vice Presidente

Deputado Rogério Correia, 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário

– O presidente, na 17ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, em 21/3/2017, leu a seguinte Decisão da Mesa da Assembleia:

“DECISÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, c/c com o art. 79, inciso I, do Regimento Interno, e

considerando os impactos sobre a população mineira da eventual aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal – PEC – nº 287/2016, que visa alterar regras da seguridade social que asseguram direitos coletivos;

considerando o risco de se gerar injustiça social, uma vez que as parcelas da sociedade mais carentes das cidades e do campo sofrerão de forma mais intensa os efeitos dessa reforma, e

considerando a complexidade do tema, que exige tempo para aprofundar o debate e a compreensão por parte dos diferentes setores sociais,

DECIDE

Art. 1º – Fica criada a Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência, com fulcro no art. 115-A, inciso I, do Regimento Interno, para examinar os efeitos sobre a população do Estado de Minas Gerais da eventual aprovação da PEC nº 287/2016 que tramita na Câmara dos Deputados, bem como produzir subsídios para que a população e os agentes políticos, em especial deputados estaduais e federais e senadores, possam se posicionar adequadamente perante à referida proposição.

Art. 2º – A Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência terá vigência de um ano.

Art. 3º – A Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência tem a seguinte composição:

Efetivo	Suplente
Deputado Gilberto Abramo	Deputado Carlos Henrique
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	Deputado Sargento Rodrigues
Deputado Tadeu Martins Leite	Deputado Celinho do Sinttrocel
Deputado Antônio Jorge	Deputado Fred Costa

Deputada Marília Campos

Deputado Vanderlei Miranda

Art. 4º – A Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência apresentará à Mesa da Assembleia relatório de suas atividades.

Art. 5º – Esta decisão da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de março de 2017.”

Deputado Adalclever Lopes, Presidente

Deputado Lafayette de Andrada, 1º-Vice Presidente

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Vice Presidente

Deputado Inácio Franco, 3º-Vice Presidente

Deputado Rogério Correia, 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário

Deputado Arlen Santiago, 3º-Secretário

PARECER PARA TURNO ÚNICO DA INDICAÇÃO Nº 40/2016

Comissão Especial Indicação de Rodrigo de Melo Teixeira para Presidente da Feam

Relatório

Por meio da Mensagem nº 213/2016, publicada no *Diário do Legislativo* de 11/11/2016, o governador do Estado enviou a esta Casa para exame, em observância ao que determina o art. 62, XXIII, “d”, da Constituição do Estado, a indicação do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, III, combinado com o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu com clareza e objetividade às questões que lhe foram formuladas.

Além disso, pelo *curriculum vitae* do candidato, verificamos que ele possui uma grande experiência como servidor e gestor público, demonstrando ter plenas condições de conduzir os trabalhos da Feam. Dessa forma, consideramos que o candidato preenche os requisitos para ocupar o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à indicação do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Feam.

Sala das Comissões, 16 de março de 2017.

Durval Ângelo, presidente e relator - Tiago Ulisses - Fábio Cherem.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/3/2017

O deputado Carlos Pimenta* – Boa tarde, meu prezado presidente Dalmo Ribeiro Silva, na pessoa de quem cumprimento os demais deputados e deputadas, a imprensa e as pessoas que sempre prestigiam as reuniões da Assembleia de Minas.

Recebi nesta semana um ofício do presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, o companheiro, amigo e correligionário do PDT vereador Paulinho Costa, assinado por todos os vereadores daquela câmara. E, por achar extremamente oportuno, gostaria de fazer a sua leitura, pois ele trará à discussão um tema importante. Eis o teor do Requerimento nº 173, da Câmara Municipal de Governador Valadares: (– Lê:) “Exmo. Sr. Deputado, os vereadores que abaixo subscrevem requerem da Câmara Municipal de Governador Valadares, na forma regimental, que seja providenciado envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Fernando Damata Pimentel, manifestando a intenção da integralidade dos edis deste legislativo no sentido de que o delegado de polícia, Sr. Rômulo Quintino da Silva, seja mantido lotado no Município de Governador Valadares, em razão do brilhante trabalho que sempre foi exercido junto à Polícia Civil, em especial quando em atuação como chefe do Departamento de Polícia Civil de Governador Valadares, atuando com extremo zelo e dedicação com a segurança pública e demonstrando imenso carinho por nosso município, sendo filho desta terra. Câmara Municipal de Governador Valadares, 9/3/2017.” Assinam o documento o presidente, vereador Paulinho Costa, e todos os outros vereadores da cidade de Governador Valadares.

Há pouco tempo, abordamos desta tribuna o caso do delegado da Polícia Civil de Bocaiuva, que estava e ainda está trabalhando com muita seriedade e competência, apoiado pela grande maioria do povo da cidade, mas que sofreu uma perseguição política por contrariar interesses de grupos políticos de Bocaiuva e teve sua transferência pedida. Foi feita uma manifestação, e esse delegado, Dr. Leonardo, foi sumariamente transferido para a cidade de Medina. Acontece que iniciamos um movimento, também apoiados por grande parte dos vereadores de Bocaiuva, pelos clubes de serviço e pela sociedade da cidade, que foi divulgado pelos órgãos de imprensa e conseguimos ao menos adiar a transferência do Dr. Leonardo Diniz de Bocaiuva para Medina.

Foi necessário que ele, o delegado de Bocaiuva, entrasse com um mandado de segurança, procurasse os caminhos legais e a Justiça. Entendendo também que era uma perseguição política e uma manifestação de parte dos políticos de Bocaiuva, o juiz deu a sentença mantendo o delegado na cidade. Vejam a que ponto chegou. Houve um subsecretário da Polícia Civil de Belo Horizonte que, certamente, nunca saiu dos gabinetes confortáveis e atendeu a manifestação de segmentos políticos de Bocaiuva.

Companheiro deputado Mourão, recebemos esse manifesto unânime da Câmara Municipal de Governador Valadares em que todos os vereadores solicitam o apoio desta Casa. Gostaríamos muito de encaminhar esse ofício à Comissão de Segurança Pública. Mas é uma pena que, já no meio do mês de março, dois meses e meio depois do nosso retorno, do início deste ano, as comissões ainda não estejam funcionando. Não tenho como encaminhar esse ofício à Comissão de Segurança Pública para que tome as providências necessárias. Além disso, pelo menos, que analise o motivo pelo qual um delegado de polícia, que tem o apoio unânime da câmara municipal, que é filho da terra, filho de Governador Valadares, está sendo perseguido e ameaçado de ser encaminhado e transferido para outro município.

Há pouco tempo manifestamos aqui o nosso absoluto aplauso para o delegado de Polícia Civil de Montes Claros, o delegado regional, que, numa ação cinematográfica, através dos meios de investigação, ficou sabendo que bandidos de São Paulo estariam se deslocando para a cidade de Mato Verde. Ele se antecipou aos fatos e fez uma campana na porta do Banco do Brasil, ocupando prédios vizinhos. Dois dias depois, na calada da madrugada, os bandidos chegaram a Mato Verde. Foi dada ordem de prisão a esses bandidos, que reagiram atirando nos policiais e foram mortos na porta do Banco do Brasil pela Polícia Civil de Minas Gerais, comandada pelo delegado regional de Montes Claros.

Entendo que está acontecendo, caro Doutor Jean, uma inversão de valores em Minas Gerais. Parece que esses personagens das Polícias Militar e Civil, que estão se expondo, lutando pela preservação da paz e pela defesa do cidadão e pondo a sua vida em risco no combate à criminalidade e à marginalidade, estão sendo perseguidos. Algo está acontecendo de errado na Polícia Civil de Minas Gerais. Não é possível. Nós, que moramos no interior, como o Doutor Jean, que mora no Jequitinhonha, e o Doutor Wilson, assim como vários outros deputados, sabemos o quanto as Polícias Militar e Civil sofrem nas mãos dos bandidos, sem aparelhamento,

sem condições de combatê-los de igual para igual. Muitas vezes o policial militar, caro André Quintão, conta apenas com um revólver 38 e, na maioria das vezes, fica acuado dentro do quartel.

Isso aconteceu na semana passada, na cidade de Medina, onde havia 30 bandidos fortemente armados com fuzis e metralhadoras, sendo que quatro deles ficaram atirando contra o quartel da Polícia Militar, impedindo os policiais de sair para se defender. Eles assaltaram de uma só vez a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e um outro banco. Ou seja, três bancos foram assaltados. Após o assalto, eles ficaram disparando as armas, para mostrar que estão equipados e que possuem os melhores equipamentos, as melhores armas. Ficaram atirando para o alto, intimidando toda a população da cidade, e depois sumiram. Não se tem notícias desses bandidos.

Fiz um levantamento – pena que ainda não o recebi, mas na semana que vem irei recebê-lo e o demonstrarei aqui – dos crimes que estão sendo feitos contra as instituições bancárias. O pior de tudo é que a população está colocando a sua vida em risco. E quando o policial militar mata para defender a sua vida, quando o policial civil abate os criminosos, como foram abatidos na cidade de Mato Verde, ainda assim há pessoas que insistem em colocar quem está defendendo a nossa vida como bandido. Ora, não é possível! Quantos policiais militares e civis estão sendo mortos? E vemos aí a imprensa, que deveria dar apoio total, sistemático e irrestrito a esses policiais, não falar, muitas vezes, uma linha sequer sobre isso. Não vai dar nenhum tipo de apoio à viúva e aos filhos desses policiais. Porém, quando os bandidos são mortos, a notícia aparece em rede nacional e internacional.

Nos últimos dois anos fui titular da Comissão de Direitos Humanos. E a minha primeira fala, Sargento Rodrigues – a quem concederei daqui a pouco a palavra –, foi que, como membro titular daquela comissão, não aceitaríamos, como não aceitamos nesses dois anos, nenhuma ação, nenhuma iniciativa que denegrise a imagem da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Eu sei que os maus profissionais, sejam eles médicos, políticos, policiais, professores, devem pagar caro, mas os bons policiais, os bons profissionais precisam ser reverenciados, principalmente por este governo, que tem a obrigação de protegê-los e atendê-los. Parece que na Polícia Civil há uma autoridade, mas não sei quem é e queria ver isso por intermédio da comissão, que não está funcionando. Infelizmente, recebem as solicitações das companheiradas, dos grupos políticos, João Leite, e transferem os policiais que estão cumprindo o seu papel, como aconteceu em Bocaiuva. Certamente, se não for tomada uma posição, isso vai acontecer também em Governador Valadares.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Quero cumprimentar V. Exa., deputado Carlos Pimenta, que acabou abordando um dos assuntos que eu levaria à tribuna, certamente se eu tivesse a oportunidade do tempo regimental.

Ontem fiz uma postagem na minha *fanpage*, onde tenho 70 mil seguidores, com as fotos do quartel de Medina, que estava todo arreventado. Logo após a postagem, recebemos vários comentários, como o de um sargento da ativa chamado Flávio Kretli. Ele é policial militar, sargento, e trabalha na região do Jequitinhonha. Lerei aqui um pequeno trecho de uma postagem que ele fez. (– Lê:) “Deputado, socorro! Uma quadrilha, provavelmente da Bahia, se instalou no Vale do Jequitinhonha e, em pouco mais de vinte dias, já colocou o terror em quatro cidades: Padre Paraíso, Coronel Murta, Medina e Divisa Alegre. Eles estão fortemente armados com fuzis em várias cidades e fecham as saídas.”

Isso aconteceu na cidade de Medina, deputado Carlos Pimenta, na madrugada do dia 12, domingo. Já na madrugada do dia 13, eles atacaram a cidade de Divisa Alegre.

Para V. Exa. ter uma ideia, comparando com o ano de 2014, o governo do Estado, a atual gestão, o atual governo retirou R\$108.000.000,00 só de custeio de toda a Polícia Militar. Da Polícia Civil, na rubrica investimento, foram retirados menos recursos, ou seja, houve um decréscimo de R\$27.000.000,00. O ano de 2016, comparado com 2014, foi uma lástima. Em 2014 a Polícia Civil teve R\$33.000.000,00 de investimentos; já em 2016, R\$1.800.000,00. Portanto é a situação que V. Exa. acaba de denunciar.

Parabéns a V. Exa. porque está atento. E certamente o Norte de Minas não é diferente em relação ao Jequitinhonha.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Vou pedir ao presidente um pouco mais de tempo para terminar a minha fala. É só para dizer que não são só o Norte e o Jequitinhonha.

Vejo aqui a deputada Geisa Teixeira, e lá em Três Pontas, grudadinho em Varginha, foi assaltado o Banco do Brasil. Então está acontecendo isso no Estado todo, e é necessário que o governo passe a dar um pouco mais de atenção a esses crimes que estão generalizados.

E gostaria, presidente, de encaminhar a V. Exa. este ofício da câmara municipal, já que não dispomos ainda de uma comissão. Volto a insistir para que V. Exa. nomeie logo as comissões e a Casa volte a suas atividades normais. Passo às mãos de V. Exa. este ofício da Câmara Municipal de Governador Valadares, assinado por todos os vereadores, apoiando integralmente o senhor delegado da cidade e manifestando o repúdio a qualquer ação que venha resultar na transferência desse cidadão de Valadares, pois ele tem cumprido o seu trabalho e tem sido exemplo para a Polícia Civil de toda Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, público presente, funcionários desta Casa, ouvintes da TV Assembleia. Companheiro Carlos Pimenta, parece que combinamos o discurso, talvez por sofrermos na pele o mesmo problema e por virmos de regiões que estão sofrendo com essa situação. Como V. Exa. disse no final da sua fala, são muitas as regiões que sofrem, com certeza, mas a nossa vem sofrendo muito mais.

O que vou relatar aqui é parte do que o deputado Carlos Pimenta já falou. Não estou aqui procurando culpados, se “a” ou “b”, mas relatando o que vimos sofrendo na pele em relação à segurança pública. Especificamente hoje quero tratar do que tem acontecido no Vale do Jequitinhonha, nos últimos dias. É verdade que é um problema nacional, que é um problema estadual, que acontece em todos os lugares. Mas o Vale do Jequitinhonha, o Norte de Minas, o Vale do Mucuri, por fazerem parte de uma região de fronteira, deveriam, sim, ser tratados de maneira diferente. Como vou às cidades dessa região todo final de semana, vejo o problema. Vamos a campo e vemos onde o problema ocorreu. Vou relatar alguns casos, como já foi dito aqui.

Na semana passada, Sr. Presidente, em Coronel Murta houve assalto a banco. Uma cidade que tinha vivenciado, há menos de 20 dias desse fato, meus colegas, o sequestro de uma criança e de seu avô. O crime tem-se modificado, tem-se interiorizado cada vez mais. Eles refazem as táticas, eles se preparam, muitas vezes bem melhor do que a polícia se prepara em termos de armamentos.

Na quinta-feira, Coronel Murta foi alvo de quadrilha, como disse o deputado Carlos Pimenta; há poucos dias, Padre Paraíso; no último sábado, dois, três dias após Coronel Murta, foi Medina; um dia depois de Medina, Divisa Alegre. Eles têm andado pelo Vale do Jequitinhonha, essa região de fronteira, causando medo e pânico nas pessoas, sitiando as cidades. A tática é ir para a casa de cada policial. Eles ficam em frente à casa dos policiais civis e militares, vão para frente do quartel e ficam disparando, para que os policiais não possam sair de casa. Vão para a frente da casa do delegado. Como lembrou o colega, Padre Paraíso foi alvo há um mês. Vou citar o nome de algumas cidades: Monte Formoso, Diamantina e Josenópolis, todas, nos últimos dois meses. Isso é inaceitável.

Ouvi falar aqui sobre a questão de transferência de delegado, mas não quero entrar nesse mérito. Fácil é transferir um delegado do Jequitinhonha para outra região, isso é fácil. Aliás acho, meus colegas, meus companheiros, que concurso tinha de ser regionalizado. A pessoa que faz concurso público para ser delegado em uma cidade, em uma região tem de saber que é ali que trabalhará.

Hoje, na Regional de Pedra Azul, por exemplo, temos quatro delegados. A cidade onde moro está sem delegado há quase três anos; Águas Vermelhas, há 10 anos; Minas Novas, há quase três anos. Transferir delegado dessa região para outras é fácil, mas levar delegado para lá é difícil.

A gente compreende, sim, que devemos ter... Não sou conhecedor da questão administrativa da segurança pública, mas entendo que tem de se levar em consideração a questão administrativa, deputada Marília. Nessas emergências, temos de tirar o administrativo para ir para campo. Temos de ter segurança objetiva. Tenho aprendido alguns termos de segurança, nesses últimos dias,

de tanto vivenciar isso. Inclusive, quero agradecer a alguns companheiros que têm dialogado, entre eles o Ten. Adriano, que morou em Medina e vivenciou essa questão lá. Ele tem demonstrado compromisso e preocupação com a cidade onde serviu.

O que seria essa segurança objetiva? É termos homens na rua. Neste momento, é interessante diminuir o administrativo para que as pessoas sintam que está havendo segurança. O que a gente chama de segurança subjetiva? As pessoas sabem que os policiais estão nas ruas, homens e mulheres que fazem tão bem o seu papel nas Polícias Militar e Civil, para defendê-los.

Estive nessas três cidades onde aconteceu o fato na última semana. Depois do ocorrido, fui a Divisa Alegre, Medina e Coronel Murta. A gente vê, por exemplo, banco em frente ao posto da Polícia Militar, em Divisa Alegre; a gente vê os carros da Polícia Civil, próximos aos bancos, com vidros quebrados e furos na lataria.

O que tem acontecido, deputado Sargento Rodrigues, nos últimos dias, volto a reiterar, a gente sabe que aconteceu no Sul de Minas e em outras regiões, mas, no Vale do Jequitinhonha, a intensidade é maior.

É fácil. Eles veem onde a segurança é mais precária, onde faltam delegados, onde falta a Polícia Militar.

Ainda ontem tive a oportunidade de visitar as cidades de Divisa Alegre e Medina, acompanhado – e quero parabenizá-lo – do Cel. Marcelo Fernandes, da 15ª RPM, que assumiu há poucos dias e, em pleno Carnaval, andou mais de 1.000km nas comunidades, nos distritos e nas cidades do Jequitinhonha. Ontem o coronel também foi a campo visitar alguns lugares, e tive a oportunidade de acompanhá-lo, para comunicar que ontem algumas medidas foram tomadas.

Será feita uma força-tarefa que ficará na cidade de Itaobim, aonde ontem já chegou uma aeronave da Polícia Militar; duas guarnições de unidade tático- móvel se dirigiram para Teófilo Otôni; quatro em Governador Valadares; três guarnições do Bope em Belo Horizonte, além do Serviço de Inteligência da Polícia Civil. Foram tomadas medidas também junto à Polícia Rodoviária visando ao patrulhamento de toda aquela região.

Espero que essas medidas possam diminuir ou, de uma vez por todas, resolver esse problema, mas sabemos, caros companheiros, que ainda vamos ficar reféns da criminalidade. Sabemos que não dispomos de policiais e delegados suficientes, mas quero usar este espaço para fazer um clamor, pedir uma atenção maior para essa região. Quando somos parlamentares, companheira Marília Campos, e fazemos o nosso papel de ir aonde as pessoas estão, somos mais cobrados. Cobram-nos o reparo do buraco na pista, a questão da ponte, a solução para a falta de água em casa, para as questões de saúde e segurança. O povo vai fazendo o seu papel, e temos que fazer o nosso, não devemos fugir. O nosso papel é ir aonde as pessoas estão e ouvi-las, e não me amedronto com isso.

Assim que acordei no domingo, na cidade de Itaobim, comeci a receber fotos do que havia ocorrido em Medina. Acordei na segunda-feira em Araçuaí e logo recebi fotos do que havia ocorrido em Divisa Alegre. Entrei em contato com algumas pessoas da Polícia Militar, da Polícia Civil, com os prefeitos, as lideranças, enfim, com o povo e fui até o local, porque quem vivenciou os fatos foi o povo que ali estava, quem passou as maiores dores foi o povo que ali estava.

Temos de chamar atenção também para a segurança nos bancos. Por exemplo, em Medina, atiraram contra a CEF, apesar de saberem que a Caixa tem um sistema de fumaça que dificulta a ação de bandidos. O banco também tem de fazer o seu papel, e temos de ter coragem de dizer isso. Esses bancos, principalmente os bancos privados, têm que fazer o seu papel, porque acaba que toda a cidade sofre com isso. Quando eles não encontram no banco o dinheiro que esperavam, vão para onde? Para as lojas. Em Medina, Sr. Presidente, várias lojas foram destruídas, saqueadas, talvez porque não encontraram a quantia que foram procurar nos bancos.

Então espero que as comissões voltem a funcionar para que possamos solicitar aos companheiros que estarão presentes na Comissão de Segurança para, se possível, irmos lá ouvir as pessoas, ver a situação do local e chamar a atenção para a questão. Entendo toda a dificuldade, toda a crise que vivemos, mas temos de saber fazer mais e melhor com o pouco, e, aí, temos de direcionar para as regiões que mais precisam. As regiões fronteiriças sofrem com problema sério de saúde, porque, muitas vezes, não sabem se a referência é no outro estado ou no nosso. Muitos vão se tratar fora do nosso estado e muitos do outro estado vêm se tratar aqui

conosco. Uma ação mais firme da polícia do Estado da Bahia talvez explique o motivo pelo qual essas quadrilhas vieram mais para Minas Gerais. Não estou aqui afirmado que são de lá, mas houve uma ação mais firme, nos últimos tempos, da polícia da Bahia em relação a esse tipo de crime, e, aí, essas regiões mais carentes estão sofrendo em todos os aspectos. Nós ainda somos aquelas que menos nos desenvolvemos.

Reconheço o esforço que tem sido feito. Nosso governador esteve presente em Almenara, onde recebeu várias demandas, onde entregou resposta a várias demandas, mas quero aqui fazer um clamor à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando da Polícia Militar: precisamos de mais efetivos naquela região. Em Araçuaí temos vagas para dois delegados, mas só temos um. Se contarmos o número de homens que ficam no administrativo, os que ficam de folga porque precisam ter folga, acabam ficando pouquíssimas pessoas nas ruas da cidade. Então deixo aqui o clamor aos companheiros deputados: que possamos olhar para lá. Esse clamor é aos deputados que são votados lá, porque sou o único deputado da região, mas não sou o único votado lá. Há muitos que aparecem lá, e muitos só aparecem como a Copa do Mundo, de quatro em quatro anos. Está na hora de mostrar trabalho na região, está na hora de destinar emendas para lá.

Foi feita uma matéria importantíssima mostrando que os Vales do Jequitinhonha e Mucuri quase não receberam emendas, no entanto tenho a felicidade de ter colocado todas as minhas emendas naquela região. Pedi para fazer um levantamento dos deputados mais votados na nossa região. A questão não é ir para o embate, a questão é chamar os companheiros deputados, tanto os federais quanto os estaduais para compreendermos que juntos seremos mais fortes e juntos podemos fazer mais por aquela região.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha das galerias, público que nos assiste pela TV Assembleia, estava aqui, deputado João Leite, acompanhando, atentamente, nosso colega deputado, a quem tenho enorme respeito e admiração, porque sei que é um deputado sério e trabalhador, deputado Doutor Jean Freire, e sei que está passando dificuldades em relação ao tema.

Esse tema, Doutor Jean, tem sido discutido exaustivamente ao longo dos últimos dois anos em diversas audiências públicas da Comissão de Segurança Pública desta Casa, que tive a honra de presidir pelo terceiro biênio e também tive a honra de fundar no final de 2002.

Estamos acompanhando o diagnóstico. Vou passar a V. Exa., Doutor Jean, o que extraímos do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi –, um banco de dados do próprio governo do Estado. Os números são estarrecedores, mostram a atual gestão do governo que V. Exa. apoia nesta Casa em relação às rubricas custeio e investimento da segurança pública em Minas Gerais. Talvez V. Exa. possa entender melhor a ação e a ousadia de bandidos frente à polícia, em que pese a nossa querida Polícia Militar e a nossa querida Polícia Civil estarem qualificadas e preparadas do ponto de vista dos recursos humanos. Mas faltam, deputado João Leite, os recursos financeiros, que o governo do PT em Minas Gerais retirou e continua retirando. Não há como fazer segurança sem aplicar recursos. Falo na condição de quem conhece chão de fábrica – e V. Exa. conhece muito bem essa expressão –, porque fiquei no comando de uma viatura por nove anos, policial militar durante 15 anos. Eu sei que o chão de fábrica nos ensina que em determinado momento temos uma receita caseira de feijão com arroz em segurança pública, composta de efetivos, recursos logísticos e moral de tropa motivada.

Depois, terei a oportunidade de encaminhar um vídeo à V. Exa. No dia 4/9/2014, o atual governador Fernando Pimentel, aproveitando a morte de uma investigadora da Polícia Civil, aproveitando o clima fúnebre, fez uma tomada de imagens no coreto da Praça da Liberdade dizendo que a segurança pública estava entregue às baratas no governo anterior. Disse ainda que contrataria 12 mil homens. Não sei de qual Estado ele falava. Isso ocorreu na época da campanha. E disse ainda que equiparia as viaturas com *tablets*, faria a ronda disso, a ronda daquilo. Tudo era balela.

Doutor Jean, vou mostrar à V. Exa. por que a nossa Polícia Militar não consegue corresponder. Primeiro, o efetivo não chegou. Nesses dois primeiros anos, o governador não vai cumprir nem 1/3 do que prometeu. Eu acompanho a execução orçamentária

da PMMG. Como deputado da base de governo, o senhor terá muito trabalho para arrancar isso do governador. O governo anterior destinou R\$356.000.000,00 para custeio. Talvez V. Exa. deva conversar um pouco mais com o Coronel Piccinini, que foi comandante de batalhão, comandante do policiamento da capital. Ele pode explicar detalhadamente o que esse dinheiro representa para custeio, para compra de gasolina, material de escritório e de limpeza, pagamento de energia elétrica e água, papel A4, cartucho de impressora, enfim, para fazer a máquina da Polícia Militar funcionar.

O último ano do governo anterior foi 2014. Ele destinou R\$356.000,00 para a área de custeio de uma instituição enorme que atende a 853 municípios. Na época, no governo anterior, ela atendia a cerca de duzentos distritos, com subdestacamento. Era a menor fração da Polícia Militar. Coronel Piccinini, em 2015, o governo petista retirou R\$117.000.000,00 do custeio, caindo para R\$239.000.000,00. O senhor, que foi comandante de unidade operacional, pode imaginar. Hoje eu sei das dificuldades que o senhor passava quando estávamos juntos, para erguer a frota do Batalhão Rotam, por falta de recursos.

Naquela época, nos idos de 1990, 1991 e 1992, o comandante de um batalhão tinha de arrancar os cabelos da cabeça para providenciar recursos para soerguimento de tropa, para consertar aquela viatura que estava parada por problema no cabo de embreagem, por pneu careca, e problema no giroflex da viatura. Isso é verba de custeio, Doutor Jean! E o governo de V. Exa. retirou R\$117.000.000,00 desse custeio. Mas não parou nisso. Em 2016, o governador Fernando Pimentel retirou mais R\$105.000.000,00. Estamos fazendo o quadro comparativo com 2014. Ele aportou R\$251.000.000,00, menos R\$105.000.000,00. Em dois anos, Coronel Piccinini, somando as duas cifras, são R\$223.000.000,00, sucateando a Polícia Militar no interior do Estado. Haja comandante de batalhão, haja major e capitão comandantes de companhia, haja tenente comandante de pelotão, haja sargento comandante de destacamento para suportarem retirada tamanha de recursos importantíssimos para a execução da atividade-fim operacional. Esses dados são do Siafi, municiados pelo próprio governo do Estado.

Em 2014, na rubrica da Polícia Civil, o governo anterior investiu R\$33.000.000,00. Qual a importância dessa dobradinha Polícia Civil-Polícia Militar no interior? É porque, após o fato ocorrido, as diligências e o que chamamos de rastreamento, após esse encerramento, competirá à Polícia Civil dar prosseguimento. Eu e o Coronel Piccinini sabemos muito bem o que é isso. Sei o que é rastrear o bandido, após a ocorrência do fato, por 5 horas, 10 horas. Já fiquei, Doutor Jean, 40 horas em uma única ocorrência policial, fazendo rastreamento e prendendo quadrilha. Então, logo após o encerramento, os trabalhos competem à Polícia Civil. Ela recebeu, como disse, deputado João Leite, na rubrica investimento, R\$33.000.000,00. No entanto, em 2015, o governo do PT caiu para R\$5.000.000,00, portanto houve uma diferença de R\$28.000.000,00 nessa rubrica. Em 2016, não satisfeito, a referida rubrica caiu para R\$1.800.000,00. Então, não há segredo.

Por outro lado, fiquei espantado, porque a base do governo Fernando Pimentel, do PT, aqui na Assembleia, aprovou, no ano passado, especificamente no dia 16 de dezembro, deputado João Leite, R\$100.000.000,00 para fazer propaganda oficial. Aí não há jeito. Foram R\$100.000.000,00 para propaganda oficial. Já disse aqui e vou repetir, o governo anterior gastou com fretamento de jato, da Líder Táxi Aéreo, R\$138.000,00. Um absurdo. Foram R\$138.000,00 gastos no ano de 2014. Não é o governo do PT não! É o governo anterior. Por que “absurdo”? Porque o governo do Estado tem três helicópteros a sua disposição; dois aviões, sendo um Learjet. Gastaram R\$138.000,00. Chegou então o governador do PT e montou uma base na Assembleia, que repetia: “Olhem o déficit de R\$7.000.000.000,00; são R\$7.000.000.000,00; são R\$7.000.000.000,00 de déficit!”. Pimentel então aumentou o gasto com fretamento de jato, com a empresa Líder Táxi Aéreo, de R\$138.000,00 para R\$650.000,00, em 2015. Isso no primeiro ano. Uma coisa é o que dizem na propaganda, o que defendem aqui em Plenário; outra, é a prática desse governo. É muito diferente. O governo de Fernando Pimentel é mentiroso. É por isso que eu disse várias vezes e continuo dizendo que mais parece o Pinotel, com um nariz imenso, contador de mentiras. Como ele tem R\$100.000,00 para propaganda oficial, pode contar mentira à vontade para o Estado inteiro.

Então, em 2016, não satisfeito, o governador gastou R\$1.074.000,00 com fretamento de jato. Coronel Piccinini, quando o senhor era comandante de batalhão da Rotam, quando eu servia sob o comando de V. Exa. lá, naquele batalhão, o que o senhor fazia com R\$1.000.000,00 com aquelas frota de 40, 50 viaturas para o lançamento do turno? Fazia milagres com R\$1.000.000,00.

Não há segredo, deputado João Leite. Estamos precisando retomar a discussão de segurança pública, mas, primeiro, fazer o feijão com arroz – efetivo, viatura, armamento, radiocomunicadores.

O governo anterior, deputado João Leite, criou os cinturões de segurança pública I, II e III, que vinham funcionando bem. Por quê? Porque temos 135 municípios que compõem a divisa de todos os estados – Minas faz divisa com o Espírito Santo, com a Bahia, com Goiás, com Mato Grosso do Sul, com São Paulo, com o Rio de Janeiro. São 135 municípios que compõem o cinturão de segurança pública. O governo vinha investindo, fornecendo arma, equipamento, melhorando o efetivo para fazer esse combate na fronteira, para não deixar fazerem aqui o que os criminosos da Bahia estão fazendo. O Sgt. Flávio Kretli está pedindo socorro.

Falamos aqui, Doutor Jean Freire: o senhor é acionado lá a todo momento, porque o senhor é da base – da base não, da região, foi o que quis dizer. O senhor é acionado porque o senhor é um deputado sério, presente, trabalhador, está lá e não foge da cobrança. Mas quem morre não é deputado, quem morre é quem está na ponta da linha, quem está no *front*; quem morre são os policiais. E acompanho a letalidade. Vimos um decréscimo, até chegar a 2014, da letalidade dos servidores da segurança pública. Foi só o governo do PT assumir e cortar os recursos que os números voltaram a subir. A letalidade dos profissionais da segurança pública também subiu assustadoramente: de 7 profissionais, em 2014, pulou para 13, em 2015.

Aí não há jeito, não há milagre. Precisamos encarar esse assunto de forma verdadeira e mostrar ao governador: “Governador, o senhor não pode fazer isso com a segurança pública. Tire um pouquinho do dinheiro das viagens para as quais o senhor está fretando o jato, porque o senhor não precisa. O senhor gastou R\$1.074.000,00 fretando jato com a Líder Táxi Aéreo, governador. Pegue esse dinheiro e mande para o 44º Batalhão de Almenara, para que o comandante da unidade, o tenente-coronel, possa fazer a frota dele andar, possa comprar novos radiocomunicadores, coletes à prova de bala, pneu para as viaturas, a fim de tirar um pouquinho a dependência dos prefeitos.” Mas peça ao governador para fazer isto: em vez de gastar R\$100.000.000,00 com propaganda oficial, gaste só R\$50.000.000,00, pegando os outros R\$50.000.000,00 e devolvendo o custeio da Polícia Militar. Mas aumenta a propaganda e a rubrica da propaganda oficial do governo e reduz drasticamente os recursos!

Enquanto falo, tenho certeza de que o deputado Coronel Piccinini lembra-se do tempo em que ele foi comandante do Batalhão Rotam, onde servimos juntos. Ele se lembrava das suas dificuldades para soerguer tropa, para comprar um pneu novo, para consertar um cabo de embreagem. Ele via que nós, que estávamos na ponta da linha, fazíamos de tudo para lançar a viatura. Os policiais querem ir para a rua, querem dar esse sangue, querem ir para o combate, porque quem é policial o é por vocação, não tem jeito; gosta do que faz, briga para ir para a rua. Ele briga para ir para a área operacional, não quer a mesa, não quer ficar na burocracia, quer é a rua, quer é combater o crime. Mas sem dinheiro, Doutor Jean Freire, sem o cabo da embreagem, sem a lona de freio, sem o pneu, sem a sirene, sem o giroflex não há como, deputado João Leite. O governo do PT vem desestruturando a segurança, acabando com ela, sem se falar das trocas de chefe de polícia – só na Polícia Civil já passaram três chefes em dois anos; na Secretaria de Administração Prisional, quatro. Está totalmente desarticulada a área de segurança pública neste governo. Não há que se falar em gestão, há que se falar em algo atabalhoado. O governo do PT em Minas, em relação à segurança pública, é uma vergonha nacional.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputados, deputadas, telespectadores da TV Assembleia, estudantes da nossa querida cidade de Teófilo Otôni, torcedores do nosso querido time América, eu me lembrei, ao ver o Heleno, de uma das primeiras turnês que fiz com o Atlético, como jogador juvenil. Jogamos em Carlos Chagas contra o Borroló; fomos à inauguração do estádio do Internacional do Jequitinhonha e terminamos a turnê jogando contra o América de Teófilo Otôni. Paulo Isidoro, nesse último jogo, arrumou uma briga. Ganhamos o jogo, mas apanhamos demais. O povo de Teófilo Otôni é bom, mas

não aceita muito desrespeito. Eles ficaram bravos. Então, aproveito para mandar um grande abraço para o nosso querido professor Dr. Jeferson, que serviu muito à Polícia Civil do nosso estado e hoje é professor da universidade de Teófilo Otôni.

Gostaria de recomendar um livro muito ligado à nossa história mais recente, que começa a ser muito bem contada por Cláudia Safatle e João Borges, ambos do Banco Central, e por Ribamar Oliveira, jornalista do *Valor Econômico*. Foi Ribamar Oliveira, junto com o seu mestre, que cunhou a expressão “pedalada da presidenta Dilma”. Foi ele, junto com os contabilistas, que descobriu a pedalada feita pelo governo Dilma para passar de um ano para outro. Esse livro é um espetáculo. O nosso jornalista Ribamar Oliveira é um dos profissionais mais conceituados no assunto, domina esse mundo de orçamento, gestão, difícil de ser acompanhado. Ele acompanhou e consagrou esse momento da história do Brasil e toda essa descoberta de um governo que futuramente estará nos livros de história. Há alguns relatos muito interessantes.

Sempre digo que o PT flertou com a inflação e sonhou com ela. A partir de 2005, iniciou-se um longo período de inflação acima da meta, com perda adicional de disciplina e de transparência das contas públicas, cujo saldo primário exibiu uma deterioração de quase 6% do PIB.

E aí vimos sempre os lançamentos do PT, que são estrondosos. Tocaram trombetas para a nova matriz econômica, que é conhecida agora: queda de quase 10% no PIB *per capita*, em apenas três anos; aumento de 5% no desemprego. A comparação com os demais países da região é taxativa. Nos anos Dilma, o crescimento do Brasil ficou cerca de 3% ao ano abaixo da média regional.

Trata-se de um livro para, realmente, aprendermos sobre o que eles pensavam: o espetáculo do crescimento; o midiatismo do PT de anunciar as coisas com trombetas, com nomes espetaculares, como a Nova Matriz Econômica. Nós, então, estamos recebendo a herança da Nova Matriz Econômica do PT, que é esse grande número de desempregados que vemos, lamentavelmente, no nosso país.

Antes de continuar nesse assunto, gostaria de lembrar, rapidamente, algo que foi de grande êxito no governo passado: o cinturão de segurança, já citado pelo deputado Sargento Rodrigues.

Em alguns momentos nós tivemos 400 cidades inscritas no cinturão de segurança, que começou no governo Aécio, continuou no governo Anastasia e foi até o governo Alberto Pinto Coelho. Mas o governo do PT abandonou o cinturão de segurança, que servia justamente para inibir a travessia de criminosos de outros estados para Minas Gerais, que eram recebidos por esse cinturão de segurança – viaturas, coletes à prova de balas, aumento do efetivo nas fronteiras ou divisas.

Queria lembrar aos deputados Sargento Rodrigues e Coronel Piccinini o diálogo nacional. Deve ser retomado o Fórum Nacional das Comissões de Segurança Pública. Recentemente, o deputado Gilsinho Lopes, do Espírito Santo, que agora é o presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, ligou-me solicitando que retomemos o Fórum Nacional das Comissões de Segurança Pública. O fórum tem esse papel de conversarmos com a Bahia, com o Espírito Santo, com as nossas divisas. Com o fórum, deputado João Vítor Xavier, tivemos a oportunidade de ir à fronteira amazônica, à fronteira com a Bolívia e o Paraguai e trabalhar conjuntamente com os outros estados.

Concedo aparte ao deputado João Vítor Xavier, meu amigo, companheiro de partido e brilhante deputado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas a V. Exa., porque quero falar de outro assunto, mas não quero atrapalhar o seu raciocínio. Quero lhe agradecer muito, deputado João Leite. É uma pauta diferente da que V. Exa. traz no momento, mas também é importante, e tenho certeza de que contarei com a sua solidariedade e de todos os colegas no Plenário.

É uma excrecência o que a Anac está permitindo que seja feito com o usuário de avião no Brasil. Estamos com uma briga judicial, e trago o pedido para que esta Casa se solidarize, por meio do nosso Procon, com o consumidor brasileiro em relação a esse crime que estão cometendo contra ele, cobrando pelo despacho da bagagem. Já pagamos uma das tarifas aéreas mais caras do mundo. Às vezes, é mais barato viajar de um país a outro no mundo que de um estado a outro no Brasil. Quando o cidadão brasileiro necessita

viajar às pressas de Belo Horizonte para São Paulo, Bahia, Brasília, às vezes paga uma passagem mais cara do que para ir de Belo Horizonte a Buenos Aires, a Santiago do Chile, a Miami. Mudamos de país pagando uma tarifa mais barata do que pagamos para mudar de estado dentro do Brasil. É uma vergonha o que estão fazendo com o consumidor brasileiro, que mais uma vez é achacado, explorado e, para falar na linguagem popular, mais uma vez o cidadão brasileiro é sacaneado. É sacanagem o que estão fazendo com o povo brasileiro. Cobrar para o cidadão despachar uma mala? Uma coisa é fazer a mudança dentro do avião, levando cinco, seis, sete malas. Mas pagar para o sujeito levar uma mala? Como alguém viaja sem levar roupas? Daqui a pouco vão vender o carro e cobrar o porta-malas à parte. É isso que estão fazendo. Como o cidadão no Brasil viaja de férias com a família, os filhos, ou a trabalho e não leva o básico, o mínimo? É uma covardia.

Já temos uma das piores malhas rodoviárias do mundo, em especial em Minas Gerais, com a BR-381, que é uma vergonha, com a BR-040, que é uma vergonha, com as nossas estradas, que são terríveis. E hoje também começamos a inviabilizar a viagem de avião.

Até porque essa história de que vão cobrar pela bagagem extra para baratear a passagem é lorota, é balela. Sabemos que isso não é verdade e que só vai servir para que a Latam, a Gol, a American Airlines, a Delta, a Azul e todas essas empresas ganhem mais e mais dinheiro nas costas do consumidor.

Então, deputado, trago este manifesto ao Plenário desta Casa, dizendo que vou recorrer ao Procon da Assembleia para que ele se solidarize com as ações que estão sendo feitas, porque mais uma vez estão roubando do consumidor brasileiro. Obrigado pela concessão do aparte.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado João Vítor Xavier. Eu sabia que V. Exa. traria um tema importante para a população de Minas Gerais e que, certamente, iria abrilhantar a nossa manifestação.

Mas queria recomendar outro livro, um pouco mais antigo, que fica na minha cabeceira e que estou sempre relendo: *Assassinato de reputações*, escrito pelo ex-secretário nacional de Segurança, Romeu Tuma Júnior. No livro, ele relata algo que julgo espantoso: suas obrigações no governo Lula para destruir a reputação de adversários políticos do PT. Na pág. 160, ele relata uma ordem que recebeu do governo Lula: “Dr. Tuma Júnior, fulmine o senador Marconi Perillo”. Para quem não se lembra, o senador Marconi Perillo disse que havia avisado o presidente Lula sobre o mensalão. Então, Lula determinou ao Romeu Tuma Júnior que fulminasse o senador Marconi Perillo, que é do PSDB, meu partido.

Depois, na pág. 166, ele relata outra determinação daquele governo. “Em janeiro de 2009, fui chamado na liderança do governo no Senado, onde encontrei o senador Aloízio Mercadante e um deputado federal para tratar de um projeto de interesse do governo e do ministério. Lá, entregaram-me um *pen drive* com seríssimas denúncias contra um adversário do governo.” As palavras deles foram: “Dr. Tuma Júnior, fulmine o senador Tasso Jereissati”. O senador Tasso Jereissati, para quem não conhece, é senador do PSDB e foi governador do Ceará.

Depois, na pág. 169: “Dr. Tuma Júnior, fulmine o Serra e os tucanos. Vamos lhe entregar um dossiê da Alstom, e o senhor fulmine os tucanos e o senador Serra”. *Assassinato de reputações!*

E tem mais! Este, muito triste, está na pág. 179: “Dr. Tuma, estamos lhe entregando um dossiê, com dados, e o senhor vai fulminar D. Ruth Cardoso”. D. Ruth Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso! Entregaram o dossiê para que ele fulminasse D. Ruth Cardoso, uma socióloga, assistente social, que viajou por estas Minas Gerais e por este país, sonhando com uma vida melhor para as pessoas desassistidas do nosso estado e do nosso país.

Como meu tempo é pouco, vou citar apenas mais um. Depois, “o laboratório de combate a crimes”, de que o Dr. Romeu Tuma Júnior iria tomar conta, “sofre desvio de finalidade sob o PT”, e vira uma usina de dossiês contra adversários.

Por fim, há um caso que envolve uma pessoa que fez algo, mas que já faleceu, e que, portanto, não vou citar.

Está aqui este livro. Eu o recomendo para conhecermos as entranhas. Hoje revivi o meu tempo de faculdade para ler mais um pouquinho sobre os sofistas, Prof. Pedro Chagas. Voltei aos meus alfarrábios. Os sofistas – peço-lhe 1 minuto, presidente, para concluir, pois não quero tomar o tempo do meu querido amigo André Quintão – eram aqueles que não tinham compromisso com a verdade. Eles queriam era destruir a reputação do outro. O que interessava era o discurso deles ser ouvido, mesmo que não fosse verdade o que diziam sobre uma pessoa. Então, tiram as palavras do contexto, torcem as palavras. Esses são os sofistas.

O nosso querido apóstolo Paulo – aliás, busquei-o aqui porque ele lidou muito com a Grécia, esteve em Atenas – escreveu o seguinte: “As armas com as quais lutamos – está na segunda carta aos Coríntios – não são humanas; pelo contrário, são poderosas em Deus para destruir fortalezas. Destruímos argumentos e todo sofisma que se levanta contra o conhecimento de Deus e levamos cativo todo pensamento para torná-lo obediente a Cristo”.

Sofista. A maior crítica que já vi na minha vida foi contra o José Dirceu. Quando veio aqui, à PUC, uma aluna levantou na frente dele um cartaz em que estava escrito: “Sofista”. É isso que digo. Recomendo que vocês leiam: *Assassinato de reputações*. Eles querem destruir a reputação das pessoas, Coronel Piccinini: “Fulminem o João Leite, fulminem qualquer pessoa mesmo que para isso vocês tenham de usar sofisma, mentira”. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, deputados e deputadas e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, o dia 15 de março, com certeza, será muito importante para a cidadania e a defesa dos direitos sociais e previdenciários do povo brasileiro. Uma série de entidades e de centrais sindicais, inclusive com representação em Minas Gerais, está mobilizada nesta Assembleia no dia de hoje para reforçar a grande mobilização contra a reforma da previdência. O dia 15 de março será um dia dedicado a paralisações de várias categorias – aqui destacaria não só a área da educação, mas também outras categorias profissionais – em defesa dos direitos previdenciários.

Não há dúvida de que a mudança na pirâmide etária e a conquista de um maior envelhecimento – pois as pessoas estão vivendo mais, e a taxa de natalidade diminuindo – exigem repensar os mecanismos de sustentabilidade da previdência. Mas a construção da previdência social é um pacto entre gerações que precisa ser amplamente discutido, com regras muito claras e pactos de solidariedade entre essas gerações, e não simplesmente ações de curtíssimo prazo sem um debate aprofundado com a sociedade, muitas vezes sem a transparência dos dados financeiros que as fundamentam, como, por exemplo, a questão do propalado déficit, que precisa ser mais bem discutido. Poderíamos também discutir as fraudes, as sonegações, os privilégios e, mais do que isso, propostas que atingirão negativamente o conjunto da classe trabalhadora e idosa brasileira.

Imaginem vocês, que acompanham agora a TV Assembleia, a situação de uma pessoa trabalhadora rural, por exemplo, que começa a trabalhar mais cedo. Sabemos que faz parte não só das estatísticas, mas da realidade dessas pessoas terem de ter uma idade mínima, deputado Dalmo Ribeiro Silva, de 65 anos, sendo 49 anos de contribuição, para terem direito à aposentadoria. Imaginem aquela pessoa que recebe o benefício de prestação continuada, uma conquista da Constituição de 1988, regulamentada em janeiro de 1996, que trata do pagamento de um salário mínimo mensal para as pessoas idosas ou com deficiência que tenham a renda *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo, com 65 anos. A proposta é desvincular esse benefício do salário mínimo, o que vai acarretar uma defasagem, ao longo dos anos, elevando a idade mínima de 65 para 70 anos. Ora, essa é uma conquista, deputada Geisa Teixeira, da Constituição de 1988. Essa reforma da previdência é nefasta e afronta as pessoas que dependem da aposentadoria, prejudica as mulheres e não faz a diferenciação entre gêneros.

Amanhã é um dia importante, pois teremos mobilizações por todo o País e em Belo Horizonte, na capital, com concentrações na Praça Sete, na Praça da Estação, convocadas pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo sem Medo, pela CTB, pela CUT, pelas diversas centrais sindicais, pelo Sind-UTE, pelo Sindieletro, pelo Sindimetro, pelo Sind-Rede, pelo Sindibel. As organizações que defendem também os trabalhadores rurais estarão mobilizadas nas várias regiões de Minas, porque é uma proposta

de reforma da previdência que afeta muito também o povo do meio rural, desestimulando o trabalho na agricultura familiar, no meio rural, no campo.

Então, estamos aqui para dizer que essa reforma da previdência é absolutamente prejudicial à população brasileira. Por isso, precisamos nos mobilizar, pressionar o Congresso Nacional.

E, nessa esteira das reformas, também temos outra reforma muito perigosa, que é a reforma trabalhista, que, na prática, rasga os preceitos da própria CLT, desse direito de prevalência da lei nas relações de contrato de trabalho. É como se as regras para a realização dos contratos de trabalho não fossem submetidas à Constituição ou à legislação, mas àquela famosa livre negociação, em que o mais fraco se subordina ao mais forte.

Imaginem agora uma combinação de crise econômica, desemprego e fragilização dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas.

Então, é importante. Infelizmente não conseguimos barrar a chamada PEC dos Gastos, dos investimentos sociais, a PEC do congelamento, que vai trazer consequências dramáticas para o conjunto das políticas públicas brasileiras nos próximos anos, e já a partir de agora. Mas ainda, e após essa PEC do congelamento, está em vias de ser votada a reforma trabalhista, em comissão terminativa – é outro detalhe –, que não precisa do quórum das emendas constitucionais. A reforma trabalhista corre o risco de ser aprovada de maneira terminativa na própria comissão especial. E também agora esta reforma da previdência. Então espero que, em toda Minas Gerais, em todo o nosso país, as pessoas se mobilizem, ergam as suas vozes, façam valer os seus direitos. Porque, como disse, essa reforma da previdência não atende ao interesse da maioria da população brasileira.

Sr. Presidente, eu teria outros assuntos a serem tratados, mas, em função do horário regimental, deixo para a próxima reunião ou oportunidade, até porque, nos últimos dias, tivemos um pacote de inaugurações, entregas, realizações, políticas públicas por todo o Estado de Minas Gerais, particularmente para o Vale do Jequitinhonha. Houve, por exemplo, a inauguração de dois Creas regionais, um na cidade de Almenara, no Baixo Jequitinhonha; outro na cidade de Águas Formosas, no Vale do Mucuri. Mas em breve vou tratar desse assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/3/2017

O deputado Antônio Jorge* – Sr. Presidente, prezados pares, público presente nas nossas galerias, telespectadores da TV Assembleia, neste dia tão importante para a República, em que assistimos de Norte a Sul do País, com forte participação dos mineiros e dos belo-horizontinos, às manifestações contrárias à reforma da previdência, ocupamos a tribuna para dar, como a população tem exigido dos homens públicos, o nosso posicionamento no que tange à reforma da previdência.

Infelizmente, como em muitos assuntos da agenda política de hoje, estamos dominados por uma bipolaridade, um binarismo muito empobrecedor de uma discussão tão relevante e tão complexa como essa. Não se trata de Fora Temer ou de Fora Dilma, não se trata de ser a favor ou contra, é preciso reconhecer que, entre posições polarizadas, temos muitas nuances e contribuições em relação a um assunto tão grave e relevante para a nação brasileira.

Somos a favor da reforma, e a dinâmica da sociedade exige posicionamentos a favor... Somos a favor de várias reformas. O País exige reformas estruturais para se adequar aos novos momentos, e o tempo vai indicando que, como tudo na vida, a sua dinâmica também exige reforma. Infelizmente, a principal reforma, a mãe de todas as reformas continua patinando, que é a reforma política. Enquanto não fizermos uma reforma política para termos uma legítima representação no Congresso Nacional, não teremos êxito. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Gostaria de pedir à plateia respeito ao orador, para que ele possa ter assegurado o seu tempo. Sempre temos o prazer de recebê-los, mas vocês precisam tratar com respeito todos aqui. Com a palavra, o deputado Antônio Jorge.

O deputado Antônio Jorge – Curioso, caríssimo presidente, toda classe aparelhada é surda; toda classe aparelhada é obtusa e não consegue ouvir. Não me ouviram. Sou absolutamente favorável a que se pense em reformas estruturais do aparato estatal e das nossas necessidades no sentido do avanço do Estado. Eu me posiciono frontalmente contra essa reforma da previdência. Eu me coloco frontalmente contrário às diretrizes da reforma da forma como está pensada, porque ela vem trazendo no seu âmago falsas questões. Ela traz no seu bojo diagnósticos equivocados e, no seu principal instrumento de provocação junto à sociedade, uma grande mentira: o rombo da previdência.

Quando vamos discutir a previdência social, caríssimos pares, público excitadíssimo aqui presente, precisamos discuti-la no bojo da seguridade social. O art. 194 da nossa Constituição deixa claro que a nossa seguridade social, formada pela previdência, pela saúde, pela assistência social, deve ter receitas vinculadas para que a garantia constitucional seja fática no direito junto ao cidadão.

Deputado Mourão, o que tem acontecido com a nossa seguridade social? As receitas não estão vinculadas.

São várias composições da seguridade social: Cofins, a receita dos trabalhadores, dos patrões e do governo; a CSLL, que aliás é utilizada para pagar juros da dívida. Vejam, a receita era para ser vinculada, mas é utilizada para pagar juros da dívida. Parte importante da receita da seguridade, cerca de 40 a 50 bilhões por ano, hoje é sacrificada pela famosa bolsa-empresário, uma desoneração tributária que favorece cadeias produtivas, e muitas negociações são feitas na calada da noite e não atendem ao interesse da sociedade. A previdência social não tem déficit. A seguridade social apresenta reiterado superávit desde 2008, sempre acima de R\$50.000.000.000,00 por ano. Como falar em rombo da previdência se temos superávit? Como falar na falta de recurso se, apesar desse superávit, ainda estamos sangrando o dinheiro da seguridade social, pagando juros da dívida e bolsa-empresário, com desonerações escandalosamente articuladas para favorecer segmentos que não são de interesse da sociedade? Por isso adotamos o posicionamento de que é preciso reformar, mas não da maneira como tudo está sendo feito, ao arrepio da verdade, ao arrepio dos fatos.

Vamos deixar claro, querida assistência aqui mobilizada, que não existe rombo na previdência. Essa é a primeira mentira que deve ser desarticulada e desmontada junto à sociedade brasileira. Temos uma expectativa de vida maior, e é razoável pensarmos em elevar a idade de alguns segmentos. É impossível concordar que segmentos de servidores públicos se aposentem aos 45 anos de idade e militares se aposentem antes de 50 anos e que o Legislativo tenha aposentadorias especiais. Precisamos encarar, sim, o fato de que, apesar de a equidade ser um princípio caro às políticas públicas, devemos tratar diferentes de forma diferente sem esbarrar em elementos éticos primários, que criam privilégios. É preciso escancarar a discussão, sim, pois temos necessidade de mudar regras, mas não da forma como está acontecendo.

É por isso que falo do empobrecimento. As manifestações, no início, deixaram isso bastante evidente. Não existe tolerância para posições entre um e outro polo, como se não houvesse coloridos, nuances, como se houvesse posicionamentos que podem entender um assunto de tamanha gravidade de forma mais complexa. Vejam os senhores, se é verdade que temos uma dinâmica epidemiológica e sociodemográfica diferente de 30 anos atrás, que impõe para a agenda de todos os países revisões periódicas nas regras de previdência, isso não pode acontecer sacrificando a camada de baixo, sacrificando a base dessa pirâmide.

Vamos ao detalhe. É preciso reformar, é preciso reconhecer que usamos dinheiro da seguridade para pagar juros, é preciso reconhecer que usamos dinheiro da seguridade para desonerar cadeias produtivas. O curioso, deputado Mourão, nosso grande constitucionalista nesta Casa, é que está consagrado na Carta Magna, mas vai passando, ao arrepio da lei, o uso do dinheiro da seguridade social para outros fins que não sejam a saúde, a assistência social e a previdência. E agora, na necessidade verdadeira de se proporem ajustes, o que se faz é um ajuste preguiçoso, assim como na Emenda Constitucional nº 241, que rifou os recursos e a vinculação dos recursos para a saúde e a educação, mais uma vez o governo estuda e toma a medida mais simplória, a mais rasa, que é

passar a régua. “Ah, vamos resolver da forma mais fácil”. E faz isso achando que os segmentos majoritários ou com menor poder de vocalização, que são as camadas mais pobres e mais humildes, aquelas que dependem da seguridade social, não poderiam se manifestar.

Mas vocês estão vendo o que está acontecendo nas ruas, a consciência cidadã amadureceu. Não vamos tolerar, por exemplo, uma questão tão óbvia: as mulheres passam a ter, na reforma da previdência, o mesmo teto de idade dos homens. Deputado Mourão, será que isso é justo? Diz um discurso moderninho que as mulheres hoje pensam em igualdade. Ora, todos sabem que uma mulher que trabalha fora, deputado Roberto, tem dupla jornada, trabalha também em casa.

Como não reconhecer o que é ético? Aliás, é disso que precisamos, nesta nuance de dois polos: há coisas que são necessárias do ponto de vista fiscal e precisam ser encaradas com maturidade pelo coletivo, mas existem limites éticos do ponto de vista previdenciário. Assim, tratar a mulher como o homem no tocante ao limite de idade para a aposentadoria é injusto eticamente; é não reconhecer a dupla jornada das mulheres. É preciso acabar com essa balela de uma igualdade que não existe no seio das famílias, que não existe na realidade cotidiana das mulheres trabalhadoras.

É preciso reconhecer a balela da igualdade que estão alegando, pois não há nada de igualdade em tudo isso. O trabalho rural, por exemplo, tem vicissitudes e especificidades que o diferem do urbano. Como não reconhecer que o filho de um trabalhador rural, que tem atividade de subsistência, com 7 ou 8 anos de idade já trabalha na roça, ajudando com a enxada? Então, como vamos dizer que a idade exigida para a aposentadoria desse cidadão rural será a mesma que se pede do trabalhador urbano? Está errado! Isso não é igualdade; é acentuar as diferenças que estão claras na sociedade brasileira. As mudanças podem ser necessárias do ponto de vista fiscal, mas há o limite da ética, de tratarmos diferentemente os diferentes para criarmos justiça. Justiça é tratar diferentemente as coisas diferentes, e essa reforma não aponta para a justiça.

Não aponta para a justiça também quando mexe na Loas, que foi um grande avanço de cidadania no Brasil. A Loas permitiu que pessoas que estiveram à margem da sociedade pudessem, ao completar 65 anos, receber um salário de aposentadoria, e que pessoas com deficiência, que não podem se inserir na sociedade, recebessem o apoio do Estado, com um salário mínimo de aposentadoria. Mas o que fizeram agora? Aumentaram a idade para o recebimento da Loas para 70 anos, deputado Doutor Jean Freire. Há pessoas humildes, moradores de rua, desvalidos e abandonados pela família que hoje vivem às custas da Loas. Agora aumentaram a idade para 70 anos. É justo? A média de idade do brasileiro chegou a 70 anos, mas será que a expectativa de vida da população que usa a Loas é de 70 anos? Não é. Ou seja, empurraram o teto de anos da aposentadoria dos usuários da Loas para além da sua expectativa de vida. Isso é uma grosseria. O pior, meus amigos e minhas amigas, é que desvincularam esse benefício dos reajustes do salário mínimo, de modo que em 10 anos a Loas será uma esmolinha que se dará aos inválidos e aos abandonados pelo Estado brasileiro. Está errado. É preciso tratar diferentemente os diferentes.

Por isso, defendemos, com clareza e com coragem, que o País precisa de reforma, mas não desta que está sendo proposta: uma reforma rasa, que atinge a base da pirâmide, aqueles que são mais fracos, mas que, felizmente, estão sendo vocalizados pela sociedade brasileira. Não é possível, como regra justa, eticamente justa, que os reajustes dados aos servidores públicos da ativa e aos inativos sejam diferentes. Vejo que a deputada Marília Campos deseja me apartear e já vou lhe conceder a palavra, mas imagine, deputada, que uma pessoa se aposenta depois de 25, 30 ou 35 anos de trabalho efetivo à sociedade e seu salário é corroído em cinco anos porque não há reajustes vinculados dos servidores da ativa e dos inativos.

Ora, apesar da necessária reforma em função da questão fiscal, é impossível se pensar em uma reforma que, no seu núcleo, atinge princípios éticos fundamentais de garantia de direitos. É preciso reconhecer...

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Rapidamente, gostaria de cumprimentá-lo por seu posicionamento contrário a essa reforma, lembrando que as medidas a que o senhor se referiu são de fato uma grande injustiça, assim como a mudança que eles

fazem na aposentadoria especial e na aposentadoria por invalidez, nas pensões, que são reduzidas pela metade, e na proibição de acumular aposentadoria e pensão.

Mas também queria pedir o seu apoio, deputado, porque quem vai votar essa reforma serão os senadores e os deputados federais. Acredito que esta Casa poderia fazer uma moção às deputadas e aos deputados mineiros contrários a essa reforma, dirigindo-se aos deputados federais para que se posicionem contrários a ela.

Nesse sentido, gostaria de pedir a sua capacidade de convencimento. Que V. Exa. convença os deputados federais do PPS a votarem contra essa reforma que penaliza os mais pobres e as mulheres. Obrigada.

O deputado Antônio Jorge* – O nosso posicionamento é claro e cristalino. Entendemos que existem necessidades. Mas essa reforma não atende aos anseios da sociedade e fere princípios éticos básicos quando cassa direitos que são conquistas da sociedade brasileira. Temos uma clareza de princípios em relação a esse assunto como tivemos no orçamento da saúde, na PEC nº 241 e nas arbitrariedades que vêm sendo cometidas contra a seguridade social.

Com o nosso mandato, naquilo que pudermos, assim como na Emenda Constitucional nº 241, vamos nos manifestar aos nossos deputados federais e aos nossos senadores para que tenhamos, sim, reformas na sociedade brasileira, mas a favor da sociedade brasileira, verdadeiramente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Quero cumprimentar os parlamentares presentes, os servidores do Judiciário, todos os trabalhadores que aqui se encontram neste grande ato contra a reforma da previdência. Às vezes, por mais que os dias sejam escuros – e o que vivemos no Brasil, nesses últimos meses, foram dias extremamente escuros –, percebemos que ainda há força, resistência e luta da classe trabalhadora. O que estamos vendo hoje nas ruas de Belo Horizonte, na Praça da Assembleia, com essa grande multidão, é a resistência de um grupo de trabalhadores, de pessoas, de parte significativa da população brasileira que compreendeu quais seriam as consequências do golpe que sofremos.

Ontem tivemos aqui o anúncio por parte de um colega parlamentar em relação a um livro que fala sobre a narrativa das pedaladas e um desastre premeditado que teria sido o governo do PT. A única coisa que não foi citada na obra – e, aí, citam as chamadas pedaladas fiscais que foram a tese criada para o afastamento da presidenta Dilma –, ou melhor, o que a obra não considera é que o parecer técnico dos técnicos do Senado foi de que não existia crime algum de improbidade administrativa por parte da presidenta Dilma. E ainda assim os senadores votaram pela cassação do mandato de uma presidenta democraticamente eleita, mesmo tendo um parecer contrário da própria Casa e dos próprios técnicos do Senado.

Aí, agora, começam a vir as consequências, o preço e a conta do golpe. Os grandes interessados com as medidas que o governo golpista vem adotando desde a sua posse, desde que assumiu ainda interinamente o nosso país, tem sido uma pauta contra os trabalhadores e em prol dos setores financistas e conservadores da nossa sociedade.

A luta contra a reforma da previdência é mais uma. Há pouco tempo estávamos lutando contra a aprovação da PEC nº 55 no Senado, que congelava os investimentos em saúde, educação e segurança. Lido muito com as prefeituras, pois viajo bastante por todo o Estado, pelo interior, e converso com os prefeitos.

Não há um prefeito no Estado de Minas Gerais que diga a vocês que o dinheiro da saúde é suficiente; que o dinheiro da educação é suficiente. Qualquer governador dirá que, ainda que se invista muito, os recursos ali colocados, bem como os recursos destinados à segurança não são suficientes. Aí o presidente golpista vai dizer: “Não, temos de fazer um esforço fiscal, um grande sacrifício e congelar os investimentos”. Depois diz: “Não há congelamento; haverá reajuste”. O orçamento que foi alocado terá um reajuste para o próximo ano. E esse reajuste, essa recomposição vai ser o valor percentual da inflação acumulada no ano anterior.

Ora, se eu entendo que todo governo trabalha para a inflação ser a menor possível e que, em momentos de crise, não há consumo, então, não havendo consumo, a inflação é baixa. Não teremos uma recomposição na medida da necessidade do povo brasileiro. O que o governo golpista não entende é que quem precisa da saúde pública, da educação pública e das políticas de segurança são os mais pobres, porque os ricos se viram nas escolas particulares, nas faculdades particulares, com seguranças particulares.

Então, companheiros, a aprovação dessa PEC foi uma medida que retirou o investimento *per capita* em serviços públicos essenciais deste país. Tudo ao custo de juntar dinheiro para pagar a dívida pública e para pagar rentistas. Esse é um dos preços do golpe.

E aí falamos aqui da reforma da previdência, dos absurdos que são cometidos nessa reforma, como igualar as aposentadorias e exigir 49 anos de contribuição. Recebemos pela internet as tabelinhas, não é? Quem é menino vai ter de começar a contribuir com 16 anos para se aposentar já quase idoso – isso se conseguir se aposentar.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, recentemente estive na cidade de Resende Costa, vizinha de São João del-Rei. Na ocasião, conversávamos na praça sobre a reforma da previdência e dizíamos que muita gente conseguiria sua aposentadoria quando estivesse na faixa de 70 anos. Por acaso, quem estava numa conversa com a gente era o coeiro da cidade, que nos disse: “Querida contar uma coisa a vocês. Aqui, em Resende Costa, raramente enterro gente com mais de 70 anos. Normalmente, 70 anos para baixo”. O que isso quer dizer? Que, pela expectativa de vida – também mostra o IBGE –, a grande maioria do povo brasileiro vai morrer sem se aposentar. Ou seja, vai contribuir a vida toda e vai morrer sem se aposentar.

Mas aí vem o governo com esse papo-furado de que a previdência é deficitária, o que é uma grande mentira. A previdência é superavitária, sem considerar os valores que o governo deveria cobrar dos grandes sonegadores. Só de sonegação ela consome mais de R\$400.000.000.000,00, que deveriam ser alocados nos fundos de previdência de todas aquelas contribuições que foram criadas para a seguridade social. Então, em vez de o governo dizer que vai combater de maneira veemente a sonegação, age dessa forma. Pede ao trabalhador, já tão sacrificado, que pague mais, que trabalhe mais e contribua mais. É sempre o elo mais fraco da cadeia, o trabalhador, que sofre com as medidas adotadas.

E o golpista diz: “Não me importo. Eu não tenho que me preocupar com popularidade”. Evidentemente, pois não foi eleito pelo voto, então não tem de se preocupar com popularidade. A receita amarga para os trabalhadores vem chegando a cavalo e, se não houver reação da sociedade brasileira, vamos viver tempos difíceis.

Eles gostam de citar os países lá de fora: “Não, mas os ajustes são feitos. Olhem, por exemplo, os países no mundo afora”. Aí ficam escondendo, porque nos Estados Unidos não é assim, nos países importantes da Europa também não. Eles dão uma pinçada e acham a Bélgica: “Não, porque na Bélgica...”. Ora, a Bélgica nunca foi citada em nada para comparação neste país. Aí eles encontram a Bélgica para citar como modelo de reforma previdenciária. É um negócio escabroso que estamos vivendo.

Cumprimento de maneira verdadeira e sincera aqueles que estão na luta. Tenho recebido fotos de manifestações por todo o País. Espero que setores da imprensa golpista não tentem ignorar esse movimento, porque é isso que ela faz. Setores da imprensa golpista tentam fingir que o movimento não está acontecendo porque o povo não está na rua. Grande absurdo.

Continuamos firmes, mantendo a nossa posição. Acho que todos os parlamentares daqui, os 77 deputados, têm os seus partidos políticos, as suas dobradas, não é isso? Então, quero dizer a vocês que a minha dobrada principal na última eleição – e que será na próxima também – é com o deputado federal Reginaldo Lopes, da comissão que analisa a reforma. Ele já se posicionou contrário a essa reforma na comissão e também no plenário.

Temos que pedir aos colegas parlamentares que dialoguem também com suas principais dobradas, os parlamentares do seu partido, para haver votos suficientes para barrar. Há mais de cinquenta deputados federais em Minas, são três senadores por Minas Gerais. A deputada Marília Campos colocou muito bem, e esteve na tribuna o deputado Antônio Jorge, que, de maneira lúcida,

colocou a sua opinião contrária. Precisamos, deputado, mais do que solidariedade; precisamos da ação concreta. O deputado Antônio Jorge é uma pessoa respeitada no PSDB, respeitada pelos senadores de Minas Gerais. Inclusive compôs o governo. Tenho certeza de que uma palavra do deputado terá peso, assim como da maioria dos deputados que aqui se encontram, que têm relações com os deputados que hoje estão na base do golpista Michel Temer. É importante que Minas Gerais tenha coragem de se posicionar. Em momentos importantes da história deste país sempre Minas Gerais teve uma postura altiva. Então espero que os nossos parlamentares possam ouvir a voz das ruas, possam ouvir a voz dos trabalhadores. E que impeçamos a aprovação desta reforma.

Mexe em coisas que são fundamentais. Não há nenhum projeto de distribuição de renda neste país que se iguale à nossa previdência. Municípios inteiros conseguem manter a sua economia funcionando através dos recursos das aposentadorias. Há muito tempo este país não vê idosos mendigando, pedindo dinheiro na rua, porque a previdência tem garantido o mínimo, inclusive a segurança alimentar daqueles que já trabalharam e contribuíram. Mexer no benefício de prestação continuada é outro grande absurdo, mexer na aposentadoria dos trabalhadores rurais é outro grande absurdo.

Vejam bem, há, de um lado, na ponta, grandes empresas sonegadas, que, em momento algum, o governo fala em tratar; e, de outro lado, os trabalhadores, que sabemos em que condições vivem, com o risco de perder a aposentadoria. Quem de vocês aqui vislumbra a possibilidade de se aposentar, se esse modelo for aprovado? E vou dizer outra coisa: temos que ter cuidado com o bode na sala. O que é o bode na sala? Eles propõem uma reforma ruim e conseguem transformá-la em ainda pior, para dizer lá na frente que negociaram, que ouviram a voz das ruas. Aí dizem que vão mexer na questão da igualação das idades de homem e mulher, que não vão mexer no benefício de prestação continuada, mas o essencial da reforma prevalece. E vão nos dar a falsa sensação de que tivemos alguma vitória retirando alguns pontos da reforma. Esse é o bode na sala.

Que não nos descuidemos. Não é possível negociar essa reforma em nenhum ponto, da maneira em que está colocada. Não é possível, não há negociação. Então queremos a rejeição dessa proposta ou a sua retirada de pauta de tramitação no Congresso. Caso contrário muita gente depois vai dizer para vocês: “Nós lutamos, viu? Tivemos conquistas. Alguns pontos que eram muito ruins foram retirados”. A proposta é ruim por completo, e não podemos aceitar ponto algum.

Então, meus amigos, quero aqui fazer o registro do meu posicionamento; registro do posicionamento do nosso partido, do PT. A nossa bancada federal unida contra a reforma da Previdência. Unida.

Vi que o comando do movimento tem pedido para que se visite o gabinete dos parlamentares, e acho que isso é importante. Mas, se não der tempo, não precisam começar pelo gabinete dos deputados do PT, porque esses já têm orientação clara contra a reforma. Vamos visitar os outros deputados, os outros parlamentares que ainda estejam em dúvida com relação a essa proposta, para que possamos ter aí um bom movimento.

Quero cumprimentá-los e parabenizá-los. Às vezes na luta, na política, ficamos tomados de um desânimo danado, porque não acreditamos no que está acontecendo no nosso país. Mas, quando os trabalhadores resolvem ir para a rua fazer o movimento, mostrar sua força, percebemos que ainda vale a pena lutar. E está longe de terminar, longe do enredo desse golpe chegar ao fim. E que estejamos atentos a tudo isso que está ocorrendo.

Protocolo aqui o meu apoio incondicional a quem está na luta. E lutaremos juntos; lutaremos nas cidades, nos movimentos, no campo. Em todos os espaços possíveis estaremos juntos para poder evitar que mais essa medida seja aprovada. E depois, meus amigos, se isso for aprovado, a avenida larga está aberta para outra reforma, que é a dos direitos dos trabalhadores, que é a flexibilização da CLT, conquistas dos trabalhadores, caras, históricas, importantes, que já estão no horizonte, no foco dos golpistas. Flexibilizar a CLT, aumentar a jornada de trabalho, acabar com o pagamento de 13º salário, colocar o negociado acima do legislado. São outros absurdos que se avizinham, a que nós, trabalhadores, precisamos estar atentos para também podermos combater.

Então seguimos em frente, seguimos firmes. E parabéns a quem está na luta.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Quero saudar, com muito entusiasmo, todos os nossos trabalhadores e trabalhadoras que lotam as nossas galerias, que saíram de suas cidades para vir a Belo Horizonte fazer essa mobilização. Essa mobilização está acontecendo, hoje, em todas as cidades do País, porque os trabalhadores e as trabalhadoras estão se unindo, cada vez mais. Essa movimentação de hoje, esse grito de toda classe trabalhadora reflete, de forma muito contundente, que as pessoas de todo o País foram enganadas pelas elites, pelos grandes meios de comunicação, por todos que se uniram, com a desculpa de aplicar um golpe na Dilma, mas a verdade todos aqui sabem: eles queriam e querem, se não nos unirmos, dar o golpe em todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país. Por isso a cada dia, meus queridos colegas deputados, precisamos nos mobilizar, precisamos dialogar com cada deputado federal que fez dobradinha com a gente. Não podemos aceitar que o Congresso Nacional aprove essa aberração contra os trabalhadores.

Só agora, Srs. Deputados, ficou bem claro para todos deste país por que eles precisavam aplicar esse golpe, por que eles precisavam, a qualquer custo, tirar uma presidenta eleita. Por isso toda essa campanha midiática contra aqueles que sempre defenderam os trabalhadores, defenderam essas conquistas, que não aconteceram da noite para o dia. Foram conquistas de muita luta, de muito trabalho e de muita organização sindical. Portanto estamos aqui, hoje, para somar com vocês, para dizer que estaremos vigilantes, atentos, em todos os cantos de Minas Gerais. Vamos policiar parlamentar por parlamentar, na minha região, Norte de Minas, e no Vale do Jequitinhonha, vamos ficar de olho. Golpista que votar contra os trabalhadores não vai entrar em nossa região, aqueles capitães do golpe, liderados por Aécio e Anastasia, que se diziam moralistas, que se diziam paladinos da honestidade. Mas a verdade está aí: todos foram delatados, todos estão envolvidos em escândalos de desvio de milhões e milhões de reais dos cofres públicos, como os da lista de Furnas, dos recursos da Cidade Administrativa e de tantos outros desmandos que cometeram.

Agora Aécio e Anastasia são sócios do governo golpista que aí está. Os verdadeiros políticos, os verdadeiros donos daquele golpe, em Brasília, são os que defendem e sempre defenderam a elite brasileira.

Esse golpe patrocinado pela Rede Globo, pela grande mídia e pelos deputados de direita, aqueles que têm de pedir bênção à Fiesp, que têm de pedir bênção aos grandes empresários deste país, que têm de pedir bênção ao mercado financeiro, que têm de pedir bênção aos bancos. É essa bancada que temos de combater.

Por isso faço aqui um pedido a todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão nos ouvindo neste momento: temos de nos organizar, temos de ir para as ruas, temos de enfrentar, temos de policiar parlamentar por parlamentar, deputado por deputado, senador por senador. Não podemos aceitar. Por isso, na hora que se elege um presidente ou uma presidenta honesta, é preciso se ver em que se vota para deputado, porque às vezes elegemos a Dilma, mas elegemos um congresso compromissado com outras forças, com outros interesses, com interesses focados em defender o capital estrangeiro, com interesses focados em entregar o nosso petróleo, as nossas empresas. O que eles querem com essa reforma...

Quem vai votar essa reforma, a grande maioria daquele Congresso Nacional, não tem compromisso, não depende do INSS, não depende de aposentadoria, porque já tem quem a sustenta. Representa pequena parte da pirâmide brasileira, que sempre massacrava a classe trabalhadora.

Por isso estamos aqui atentos e vamos, sim, fazer esse mapeamento, não vamos parar um minuto e não vamos aceitar essa reforma, esse golpe contra a classe trabalhadora, disfarçado de propagandas oficiais, querendo enganar as pessoas, dizendo que a previdência está quebrada. Ora, como está quebrada, como o País não tem dinheiro, como dizem? Queria lembrar a todos que os deputados da bancada federal governista, aqueles que votaram no golpe nunca foram tão bem tratados em Brasília. Agora há verbas e mais verbas, emendas liberadas a rodo para seus currais eleitorais, para tentar comprar prefeitos e vereadores, para continuar aquela mesmice de sempre, a mesmice da barganha. Não podemos mais eleger um presidente e uma presidenta com o voto dos trabalhadores e votar num congresso conservador, que coloca a faca na goela do governo, que exige ministérios, exige cargos e tudo aquilo que estamos vendo hoje no Brasil.

Por isso, ao fazer este pronunciamento aqui, hoje, precisamos organizar as nossas entidades nos sindicatos, nas associações, nos quatro cantos deste país. Temos de ficar de olho em quem votar em 2018. Os trabalhadores têm de se organizar em suas comunidades. Não podemos mais votar num parlamentar apenas porque arrumou uma emenda, apenas porque arrumou um calçamento para uma rua e depois vai para Brasília votar contra os interesses da Nação, votar contra os interesses dos trabalhadores, defendendo apenas meia dúzia de privilegiados, que são os banqueiros, os grandes empresários na Avenida Paulista. É para isso que estão lá. Não podemos admitir, aceitar tudo o que está acontecendo.

Queria aqui fazer uma referência especial aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais, aos trabalhadores dos municípios mais pobres deste país. Sou de uma região, que é a região mais pobre de Minas, a região do Norte do Jequitinhonha, uma região que depende muito dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Aliás, o País inteiro depende dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar. A agricultura familiar neste país produz 70% de todo o alimento que chega à mesa do povo brasileiro. Agora, nessa reforma dos golpistas, na reforma do Aécio, na reforma do Temer, na reforma do Anastasia, na reforma dos tucanos, querem acabar com a aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais deste país.

Estão exigindo que um trabalhador rural e uma trabalhadora rural, que acordam de madrugada, que trabalham de sol a sol no serviço pesado do campo tenham de contribuir como qualquer outro servidor. Isso é um absurdo. Sabemos e temos de diferenciar. As conquistas históricas asseguradas pela Constituição brasileira, que protege os trabalhadores e as trabalhadoras deste país, precisam ser mantidas, por vários motivos. Você já pensou o que motiva um trabalhador rural a trabalhar a vida inteira sabendo que nunca vai aposentar-se? No mínimo, ele vai querer vir para a cidade.

Temos de fazer a política contrária, para que as pessoas voltem para suas cidades, voltem a cuidar das suas pequenas propriedades, para que possamos produzir mais, gerar mais renda neste país, e não ficarmos com essa ideia golpista de querer massacrar, de querer sempre privilegiar quem está no andar de cima. Por que essa reforma não retira o privilégio dos poderosos? Por que essa reforma não mexe nos grandes salários? Por que essa reforma não mexe na política de todos os Poderes? Não! A reforma penaliza apenas os trabalhadores, as trabalhadoras, os assalariados, os professores, os trabalhadores rurais e urbanos. Por que só os mais pobres têm de pagar essa conta? Por que toda vez que tem crise neste país, a conta vem para os mais pobres e necessitados? Aí falam em crise, mas, durante estes dois anos de crise, quem mais ganhou neste país foi o mercado financeiro. Os lucros dos bancos triplicaram, e, aí, eles mesmos criam as crises, por quê? Por que a Fiesp pensa assim? Porque, com mais gente desempregada, eles vão ter mão de obra mais barata. Essa elite brasileira só pensa nela. É um pessoal que não aceita dividir nada.

Lembro-me de quando o presidente Lula fez grandes programas de distribuição de renda, como o Luz para Todos, o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família e o Fies. Com tantos programas, as pessoas passaram a ter salário e a andar de avião. Eu mesmo já testemunhei nos aeroportos deste país mulheres bem-vestidas com nojo do povo que estava no aeroporto, porque antes os aeroportos do Brasil eram para uma pequena elite, eram só para ela. Essa elite não admite trabalhador rural entrar em avião. É isso que essa elite não quer. Ela quer que os trabalhadores sempre sejam seus serviçais. Somos a maioria neste país e não podemos admitir o retrocesso dos golpistas que querem massacrar, pisar na classe trabalhadora, e é por isso que venho aqui unir-me a vocês na luta de andar por toda a região e falar o que estou falando aqui.

Temos de policiar, sim. Temos de mandar *e-mail*, temos de ligar, de visitar os gabinetes dos deputados federais e dos senadores em Brasília. Quando eles forem às cidades de vocês, perguntem: “De que lado você está, deputado? Você está do lado do povo ou do lado do golpe, da grande mídia, dos empresários e dos poderosos?”. É importante fazer essas perguntas. É importante ter coragem de olhar nos olhos de cada um e fazer esse enfrentamento.

Encerro aqui pedindo a todos os colegas deputados estaduais que têm parceria com deputados federais – eu tenho com vários e vou fazer minha parte, pressionando todos aqueles que conheço – para fazermos uma corrente para que, em Minas Gerais,

possamos conseguir uma maioria para derrubar essa reforma da previdência, para derrubar esse golpe que Aécio, Anastasia & Cia. Ltda. impuseram ao povo do Brasil. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, deputados, deputadas, sindicalistas, jovens, trabalhadoras e trabalhadores, pessoas que acompanham os trabalhos da Assembleia, especialmente aquelas que vieram das regiões mais distantes de Minas Gerais e estão desde a manhã de hoje cumprindo um papel histórico em defesa de uma previdência digna e universal, hoje é um dia histórico para as políticas públicas, particularmente a previdência social. Hoje, milhares de pessoas, não apenas aqui na capital, mas em várias cidades de Minas e de nosso país, estão legitimamente lutando por um dos mais sagrados e importantes direitos de cada ser humano, de cada trabalhador, de cada trabalhadora.

A proposta de reforma da previdência que está na Câmara dos Deputados é nefasta para todos. Os seus argumentos não procedem. Quando falam, por exemplo, que a previdência está deficitária, não citam os 30% da DRU, que escapam dos cofres da seguridade social; não falam das fraudes e sonegações que poderiam sustentar os cofres da previdência. Podemos ir além. Qualquer mudança, qualquer proposta em relação à previdência, devem envolver um pacto entre gerações. E um pacto em que gerações financiam o direito de outras, em que gerações estão prestes a garantir direitos já conquistados, demanda um debate aprofundado, democrático, e não simplesmente uma tentativa atropelada de aprovação no Congresso Nacional. O pior, além do método, é o conteúdo; além da forma, é o que está contido no projeto. Vejam bem: uma idade mínima de 65 anos. Imaginem aquele cidadão, aquela cidadã que começa a trabalhar aos 16 anos. São 49 anos para fazer jus à previdência. Imaginem o trabalhador rural, aquele que começa cedo! Ele será desestimulado. Isso é ruim, fortalece o êxodo rural, enfraquece a agricultura familiar, tem repercussão nos adensamentos urbanos das grandes e médias cidades. Imaginem o dano.

Quero falar de uma área em que atuo profissionalmente e acompanho, que é a política pública de assistência social. O Benefício de Prestação Continuada é uma conquista da Constituição de 1988, um salário mínimo mensal pago a idosos e pessoas com deficiência que não recebem sequer 1/4 da renda *per capita* vinculada ao salário mínimo. Somente essas pessoas com mais de 65 e deficientes têm esse direito.

Querem desvincular o valor do benefício de prestação continuada do salário e querem elevar a idade de 65 para 70 anos. Que maldade com as pessoas mais pobres e mais idosas do Brasil! Isso não é justo. Não são essas pessoas que devem cobrir um eventual, porque não está provado, propalado déficit da previdência. Sabemos que há outros privilégios no âmbito da própria previdência que precisam e merecem ser combatidos. Além disso, há as pessoas que estão prestes a se aposentarem. Imaginem aquelas pessoas com 48, 49 anos que contribuíram para a previdência. Naquela época, essas pessoas já podiam trabalhar com 14 anos. Muitas delas começaram a contribuir com 14, 15 anos e hoje, aos 49, não terão o seu sagrado direito à aposentadoria respeitado.

Poderíamos falar dos prejuízos nas pensões. Poderíamos falar na questão de gênero, porque essa reforma é contra os idosos pobres, contra as mulheres, contra os trabalhadores e trabalhadoras. Ela não aponta o caminho necessário para a discussão de uma reforma mais democrática, que envolva todas e todos interessados. Por isso queria aqui, nesta data histórica... Digo histórica porque, ao contrário de outras propostas que infelizmente já foram aprovadas, a previdência diz respeito e é mais visível aos olhos do cidadão.

Quando tivemos aquela PEC horrorosa do congelamento de gastos, aquela proposta de emenda à Constituição que, infelizmente, foi aprovada, que desvincula os mínimos orçamentários, que congela investimentos em políticas fundamentais como saúde, educação, assistência e segurança pública, foi difícil explicitar, falar à sociedade dos impactos que teria na sua vida diária, no seu cotidiano. Era uma discussão muito longe do dia a dia do cidadão: despesas ordinárias, congelamento de investimentos, PEC nº 241. Foi difícil. Perdermos essa batalha na Câmara dos Deputados e no Senado. Na reforma da previdência não, nela as pessoas fazem as contas; as pessoas sabem com quantos anos iriam se aposentar, antes da data prevista e pós-reforma aprovada; fazem conta dos valores que receberiam hoje e dos que vão receber proporcionalmente, caso a reforma seja aprovada. Por isso estamos vivendo hoje,

repito, um dia muito importante. Não tenho a menor dúvida de que quem pode deter essa reforma prejudicial, nefasta à classe trabalhadora brasileira, é o povo organizado, o povo nas ruas, as centrais sindicais, as associações, as pastorais, os sindicatos, os parlamentares e os parlamentares comprometidos com uma previdência universal e digna.

Agora é importante – e hoje dissemos isso logo cedo na Praça da Estação, num belíssimo ato, que depois percorreu as ruas de Belo Horizonte – dizer que os que estão aqui e os que estão lá fora sabemos da perversidade dessa reforma. Mas há ainda pessoas, setores que não foram tocados pela necessidade de pressionar, democraticamente, os seus representantes que nesta hora discutem a reforma no Congresso Nacional a se posicionar firmemente em defesa da população, em defesa da previdência, em defesa dos idosos mais pobres, em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, em defesa daquelas pessoas que querem preservar e garantir um direito resultante do suor do seu trabalho durante anos.

É muito importante que, em cada recanto de Minas Gerais, cada telespectador que nos acompanha pela TV Assembleia, procurem as informações, procurem os fundamentos contrários a essa reforma, procurem seus parlamentares para dialogar, pressionar, convencer. Isso faz parte da democracia participativa e representativa. Não podemos deixar que reformas impopulares sejam aprovadas como moeda de troca e de instabilidade política em nome da sustentabilidade de um governo oriundo de um golpe contra a presidenta, de um governo que não tem o fundamento da legitimidade do voto e tem por trás interesses econômicos que são prejudiciais aos interesses da maioria da população brasileira.

Fiquemos alerta porque não houve só a PEC do congelamento de investimento nas áreas sociais, não há somente a proposta de reforma da previdência, está lá a proposta de reforma trabalhista, que na prática é um atentado contra a CLT, é um atentado contra as leis trabalhistas. Deputado Bosco, a lei trabalhista buscou equilibrar a relação entre patrão e empregado, buscou equilibrar polos desiguais, porque o patrão tem a força de gerar o direito e a oportunidade do emprego, e o trabalhador, a força de trabalho. Se não há lei, vale o império da força e do poder. Um dos itens mais revoltantes dessa proposta da reforma trabalhista é que o negociado pode prevalecer sobre o estatuído pela lei.

Imaginem as negociações trabalhistas em uma época de desemprego, de subemprego, em que as pessoas ficam mais fragilizadas. Os que detêm a capacidade de ofertar emprego podem criar condições de precarização das relações de trabalho. Se não houver reação do Plenário da Câmara dos Deputados, a proposta de reforma trabalhista, que não é emenda à Constituição e nem sequer precisa ser votada pelo Plenário, pode ter caráter terminativo na comissão especial. Isso é mais um atentado ao direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Para onde vamos com a PEC que congela por 20 anos investimentos nas políticas públicas e com a reforma da previdência, que coloca um horizonte de 49 anos de sacrifício ao povo trabalhador? Que horizonte é esse de uma reforma trabalhista que fragiliza as relações de trabalho, as relações dos sindicatos com os empregadores? Não podemos admitir esses retrocessos.

Minas Gerais tem papel muito importante, histórico, importante politicamente, importante na economia, importante nas mobilizações sociais. Hoje Minas Gerais deu exemplo de cidadania com milhares de jovens, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade nas ruas de Belo Horizonte, na Praça Sete, na Praça da Estação, agora na Assembleia Legislativa exercendo democraticamente e manifestando seus desejos, seus direitos, suas vontades. Mas é preciso que esse movimento se espalhe por Minas Gerais, para os municípios pequenos, médios e grandes, a fim de que convençamos a Câmara dos Deputados de que não é justo com o povo brasileiro quebrar um pacto geracional, quebrar os pilares da previdência social, com impacto para atuais e futuras gerações, e sem haver um debate aprofundado, sério, responsável, simplesmente para dar estabilidade política e oxigênio para um governo que não teve a legitimidade do voto popular. Minas Gerais diz “não” a essa proposta de reforma da previdência, diz “não” à proposta da reforma trabalhista.

Vamos, se Deus quiser, com o apoio da população e dos movimentos sociais, mudar essa história na Câmara dos Deputados, derrotar essa reforma da previdência e apresentar ao País caminhos mais ousados e mais luminosos, caminhos que

coloquem o ser humano no centro das prioridades, e não como um assessorio de um projeto de desenvolvimento econômico desigual e concentrador. Não aceitaremos esse atestado de óbito prévio da classe trabalhadora com essa reforma da previdência. Não à reforma da previdência em Minas Gerais, unido para derrotá-la no Congresso Nacional! Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ouvimos atentamente dos oradores que nos antecederam várias referências ao governo atual, ao presidente da República como golpista. No entanto... (– Manifestação nas galerias.) Meu tempo, presidente. Sr. Presidente, vou pedir a V. Exa., na medida em que...

O presidente – Vamos descontar. Solicitamos o respeito de vocês para garantir a palavra ao orador. Está assegurado o tempo a V. Exa.

O deputado Bonifácio Mourão* – ... minha palavra está impedida, que V. Exa. desconte meu tempo, até porque não fui eu que trouxe plateia encomendada para ir deputado. Estou aqui no exercício do meu direito e... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Solicito o silêncio de vocês, por favor. Têm de ter respeito com os parlamentares aqui. Está assegurado o tempo de V. Exa., deputado.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, até agora não tive a menor condição de falar e já sou vítima de inúmeros xingatórios. Quando eu tiver condições, presidente, falarei. Sr. Presidente, o que quero dizer é que, quem votou no presidente da República, Michel Temer, não foi V. Exa. nem eu. Repito, presidente, quem votou em Temer foi o PT. Não votamos nele, o PSDB apoiou foi o Aécio Neves para a Presidência da República. Quem colocou o Temer lá foi o PT, que trouxe aqui esta plateia. Esta plateia do PT com certeza votou no Temer também. Nós não votamos, não temos culpa, presidente, votamos em Aécio Neves e em Aloysio Nunes Ferreira. O PT votou na Dilma e no Temer. Eles é que causaram... O PT é que provocou esta situação no Brasil votando em Dilma e no Temer para presidente e para vice-presidente da República. O que quero dizer com clareza é isso, Sr. Presidente. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Silêncio. Solicito de vocês silêncio. Peço, encarecidamente, a vocês respeito pelo orador, que tem o prazo regimental para se manifestar. Vamos deixar o orador se manifestar. Deputado Mourão, V. Exa. tem a palavra.

O deputado Bonifácio Mourão* – Gostaria de dizer à plateia, Sr. Presidente, que estou falando para Minas Gerais, não para meia dúzia de torcida. E, para Minas Gerais, quero mostrar que estamos aqui hoje e que os oradores do PT que me antecederam se esqueceram do governo de Minas Gerais e se ocuparam somente em falar da Presidência da República.

Nós, deputados estaduais do Estado de Minas Gerais, estamos aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para falar para vocês, mineiras e mineiros que nos escutam: a nossa maior responsabilidade, com certeza, é, em primeiro lugar, com o nosso estado, porque o nosso país, o Brasil, começa, para nós, em nosso Estado de Minas Gerais. Se não cumprirmos o nosso dever com o nosso estado, não cumprimos o nosso dever com o nosso país.

Então, quem tem um governo como o do Pimentel, do PT, que está comprometido até os cabelos na Justiça, processado por corrupção – todo mundo sabe disso – no Superior Tribunal de Justiça... (– Manifestação nas galerias.)

Eu não posso disputar com a plateia aos gritos. Estou na tribuna da Assembleia exercendo o meu direito líquido de falar desta tribuna durante o meu tempo. Não vou deixar que uma plateia trazida pelo PT faça com que o povo mineiro esqueça o governo Pimentel. Isso não vai acontecer. Enfrentaremos qualquer plateia na defesa do interesse maior do povo do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, um governo comprometido, conforme todos nós sabemos, pela Operação Acrônimo, com provas e mais provas e atos denunciados de corrupção, está merecendo o silêncio e o aplauso do PT? Da nossa parte ele não merece. O Pimentel merece a nossa censura, a nossa crítica, a nossa oposição, qualquer coisa estamos dispostos a enfrentar. Poderíamos, Sr. Presidente, entre outras coisas, dizer: por que, desta tribuna, perante esta plateia, não se fala dos hospitais regionais de Minas Gerais? Há cerca de

doze hospitais inacabados. Deputado Antônio Jorge, V. Exa., que foi um grande secretário de Estado da Saúde, nos honrados governos de Anastasia e de Alberto Pinto Coelho, merece, mais do que ninguém desta Casa, figurar na linha de frente da Comissão de Saúde da Assembleia. O deputado Antônio Jorge sabe muito bem que um governo que se preze jamais poderia deixar paralisarem-se as obras dos hospitais regionais de Minas Gerais. V. Exa., quando era secretário de Estado de Saúde, sabe que o governador Anastasia deu continuidade às construções iniciadas dos hospitais regionais de Minas Gerais. Qual é objetivo dessas construções? Conter, deputado Dalmo Ribeiro Silva, a demanda do interior, para a capital, das pessoas carentes que têm grande necessidade de tratamento de saúde.

Mas, hoje, ninguém protesta em favor desses pobres coitados mineiros, que não têm condições de tratar da sua saúde porque, mergulhados nas perigosas estradas de Minas Gerais, correm mais risco procurando vagas na capital do Estado, em Belo Horizonte, e muitas vezes não encontram essas vagas, morrem pelos caminhos, morrem nas portas dos hospitais, nas macas dos corredores. No entanto, o povo do PT não tem ouvidos para se sensibilizar com situações como essas.

Por isso, presidente, deputadas e deputados, estou aqui, no sagrado dever de deputado, cobrando do governador a continuidade das obras dos hospitais regionais, todas em Minas Gerais, inclusive na minha cidade de Governador Valadares, onde temos o hospital regional às margens da Rio-Bahia, construído cerca de 80% no governo Anastasia, com 300 pessoas trabalhando, tendo continuidade no governo Alberto Pinto Coelho. Trezentas pessoas trabalhando para terminar aquele hospital regional e atender a uma população absolutamente carente, que não tem Unimed, que não tem nenhum plano de saúde, que precisa mais do que nunca do tratamento pelo SUS no hospital público. Mas veio o governo Pimentel, que paralisou completamente as obras, deixando aquele esqueleto e um povo carente encarando a obra e vindo pelas estradas procurando recursos na capital do Estado de Minas Gerais.

Isso é esquecido pelo PT. Disso o PT não se lembra. Para isso, o PT não traz a plateia para censurar e criticar o governador do Estado. É preciso dizer ao povo do Estado de Minas Gerais que é preciso parar de uma vez por todas. Em Governador Valadares, o governador Pimentel foi recebido recentemente e falou a vereadores que o interrogaram por que pararam por tanto tempo as obras do hospital regional. Ele respondeu que era porque o contrato havia terminado e precisava haver nova licitação. Ora, quem promoverá nova licitação? O governador. E não promoveu por quê? Porque não quer, porque não dá seguimento às obras dos hospitais de Minas Gerais.

Agora, presidente, o governador está merecendo a crítica do povo de Minas Gerais, entre outros assuntos. Primeiro, conforme bem assinalado aqui, ele está contra a Fundação João Pinheiro. O que é a Fundação João Pinheiro? Uma instituição que obteve o 1º lugar entre os 1.857 cursos de administração e administração pública do País pelo Enade. No entanto, o governador não dá a menor importância à Fundação João Pinheiro. Os formandos da Fundação João Pinheiro, há dezenas de anos, tinham nomeação garantida no governo do Estado; mas neste governo não, estão sucateando a Fundação João Pinheiro dia a dia.

Por outro lado, o governador sabe que Minas Gerais está devendo uma fortuna ao governo federal. A dívida pública se aproxima de R\$90.000.000.000,00, e ele não faz absolutamente nada para negociar essa dívida com o governo federal. Se negociasse essa dívida, teria uma média de economia durante o resto do seu mandato de cerca de R\$500.000.000,00 mensais. Com esse valor mensal, deputado Antônio Jorge, terminaria todos os hospitais regionais de Minas Gerais e poderia comprar equipamentos para esses hospitais. Esse valor poderia ajudar na manutenção desses hospitais, poderia ajudar a manter o pagamento dos servidores públicos de Minas Gerais em dia. Mas ele não está pagando, está fracionando os pagamentos e não negocia para buscar recursos para ter sustentabilidade no seu governo e fazer um governo pelo menos mais digno para o povo de Minas Gerais, como o povo tanto merece. Mas ele não faz isso, não procura fazer nada disso, não negocia a dívida, não procura caminhos para a economia nem para aplicar recursos nas Minas Gerais.

Por que paralisaram as obras do programa Caminhos de Minas? Por que programas como o Processo, do nosso grande governador Aécio Neves, não teve segmento? Não teve, presidente, porque o governador não busca recursos. Aliás, busca, mas de uma forma ilegal e irregular. Buscou, por exemplo, passando a mão nos depósitos judiciais. E nós votamos contra isso, como

deputados de oposição, mas passou a mão em R\$5.000.000.000,00. Buscou, por exemplo, vendendo a folha de pagamento para o Banco do Brasil por R\$2.000.000.000,00.

Agora quer vender a Cidade Administrativa, que nos traz uma economia de, em números claros, R\$730.200.000,00 mensais, com o não pagamento de alugueis. E ele quer vendê-la! Para quê? Para voltar a pagar os alugueis. É provável que ele nem ache candidatos, mas quer vendê-la. Se vendê-la, vai apurar cerca de R\$2.000.000.000,00. Ora, o próprio governador declara, presidente, que há uma previsão de débito de cerca de R\$9.000.000.000,00 para 2017. Então, se vender a Cidade Administrativa por cerca de R\$2.000.000.000,00, ainda ficará devendo cerca de R\$7.000.000.000,00. Ou seja, isso não resolve absolutamente nada. Ele tem é de governar. Ele tem de procurar nomear menos apaniguados. Só neste ano, 2017, já nomeou cerca de 2 mil novos servidores em cargos de confiança. Isso, o PT não leva ao conhecimento do povo. Isso, não. Só neste ano nomeou tudo isso, aumentando cada vez mais a despesa.

Mas não para aí. Ouvimos acusações às nossas grandes lideranças, como Aécio Neves e Anastasia. Temos conhecimento, e a imprensa está noticiando, presidente, que o nosso grande líder, ex-governador, um dos maiores governadores da história de Minas Gerais, Aécio Neves, está sendo investigado. Investigado, presidente, qualquer cidadão brasileiro pode ser. Agora, ser réu em um processo é outra coisa. E quem é réu em processo? Todo mundo sabe, e eu sei: Lula, Dilma, José Dirceu, Palocci, Bumlai, Delúbio Soares, João Vaccari... (– Manifestações nas galerias.)

A plateia não gostou de ouvir esses nomes como réus em processo. A plateia não gostou, mas o povo de Minas Gerais tem vergonha desses nomes, porque são réus, presidente. Por que a plateia não gostou? Só porque o Lulinha é réu em cinco processos? Só porque ontem ele se sentou no banco dos réus? Ele se sentou ontem no banco dos réus e vai se sentar no banco dos réus perante o juiz Sérgio Moro no dia 3 de maio. O Lulinha é réu. E é réu por quê? Por que há provas, indícios veementes contra ele, como está mostrando o Ministério Público. Então, uma plateia de meia dúzia, que, naturalmente, está recebendo vantagens para estar aqui, não gostou de ouvir isso. Mas o povo mineiro, que está me ouvindo, que está testemunhando a realidade do que estou falando quer ver tudo apurado. Sem dúvida, o povo mineiro quer ver tudo apurado e condenados todos aqueles que estão metendo a mão no dinheiro público neste país. Não tenho dúvidas de que é isso o que o povo mineiro quer.

O povo mineiro não quer saber se a pessoa é do PT, do PSDB, do PMDB ou de qualquer outro partido; o que quer o povo mineiro e brasileiro é ver condenadas aquelas pessoas que o iludiram, que contrariaram a sua vontade; pessoas que foram eleitas para governar com honradez, mas se beneficiaram do poder, como Lula, Palocci, José Dirceu, Vaccari, Bumlai e outros; pessoas que meteram a mão e se comprometeram com a sociedade brasileira de forma desonesta e criminoso, pelo que estão sendo denunciadas – e, com certeza, as denúncias serão recebidas. Esses viraram réus. Por quê? Porque há provas contra eles, o que é completamente diferente.

Então, Sr. Presidente, agradeço a lisura e o comportamento de V. Exa. em assegurar a palavra deste deputado, que tem um compromisso maior com a verdade e não teme vaias encomendadas pelo PT, mas que se preocupa, sobremaneira, com o nosso Estado de Minas Gerais, com a saúde e a honradez do nosso povo e com o caminho a trilhar para promover ou para buscar, de novo, o desenvolvimento tão esquecido no governo atual de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 20/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Eduardo Parpinelli Cortez, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Izabella Cunha Velloso, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Administração Pública;

nomeando Luiz Eduardo Lewer de Amorim, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Marco Valério Souza Santana, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Milton Saraiva Resende, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Tânia Mara da Paz Penha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 25/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Locagerais Locadora de Veículos Ltda. Objeto: locação de veículo pelo sistema mensal, sem motorista, com quilometragem livre, incluindo seguro total, sem ônus da franquia. Objeto do aditamento: segunda prorrogação com reajuste de preço. Vigência: 16/6/2017 a 15/6/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-24.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 34/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Contratada: Filmavideo Ltda. – ME. Objeto: contratação de sociedade empresária, pelo período de 12 meses, para prestação de serviço de repórter fotográfico para a ALMG. Objeto do aditamento: alteração da data inicial de vigência do contrato. Vigência: 12 meses, a contar de 2/3/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATA****COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/3/2017, na pág. 8, sob o título “Comunicações”, no quadro referente à Comissão de Cultura, onde se lê:

“IONE PINHEIRO – DEM – BVC”, leia-se:

“CARLOS PIMENTA – PDT – BVC”.